



RELATÓRIO E CONTAS

31 de Dezembro de 2016

INDICE

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO	1
1.1	NOTA INTRODUTÓRIA	1
1.2	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	1
1.3	EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE	4
1.4	POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES	5
1.5	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS	8
1.6	ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO	10
1.7	BALANÇO SOCIAL	11
1.8	PERSPETIVAS FUTURAS	12
1.9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS	12
1.10	RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO	12
1.11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
1.12	NOTA FINAL	13
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
3.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	19
3.2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
3.3.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	41
3.4.	CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	43
3.5.	DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	43
3.6.	CRÉDITO A CLIENTES	44
3.7.	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	50
3.8.	OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	50
3.9.	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS	50
3.10.	OUTROS ATIVOS	52
3.11.	PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	53
3.12.	RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	54
3.13.	MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADES	55
3.14.	OUTROS PASSIVOS	56
3.15.	CAPITAL	57
3.16.	OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO	58
3.17.	JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES	59
3.18.	RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	60
3.19.	ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	61
3.20.	OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	62
3.21.	CUSTOS COM PESSOAL	63
3.22.	GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	64
3.23.	PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO	65
3.24.	SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS	65
3.25.	OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO	66
3.26.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS	66
3.27.	DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	68
3.28.	GESTÃO DO CAPITAL	83
3.29.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS	84
3.30.	PASSIVOS CONTINGENTES	84
3.31.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	85

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo. A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo FCA, pelas parcerias comerciais com a Jaguar, Land Rover, Maserati, Ferrari e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a FCA Capital é detida integralmente pelo *FCA Bank*, um Banco detido em partes iguais pela FCA Itália SpA (empresa do grupo Fiat Chrysler Automobiles) e CA Consumer Finance SA (empresa do grupo Credit Agricole). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Todos os montantes apresentados no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

1.2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O esperado aumento da inflação, por parte do Banco Central Europeu (BCE), registou-se em dezembro de 2016, vindo a dar um sinal de fim do longo período de crise económica no Velho Continente.

A inflação anual na Zona do Euro foi de 1,1% e de 1,2% na União Europeia, os dois indicadores ficaram próximos do idealizado pelo BCE, entre 2% e 2,5%.

Na Zona do Euro, a inflação anual ficou 1,1% em dezembro de 2016, ante 0,6% em novembro. Em dezembro de 2015, a taxa era de 0,2%. Na União Europeia, 1,2% em dezembro de 2016, ante os 0,6% em novembro e 0,2% no mesmo mês de 2015.

As projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa indicam que continue a acelerar ligeiramente o seu ritmo de crescimento para o biénio 2017-2018.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas e as projeções apontam para um aumento do investimento público, na ordem dos 4% a 4,5%. O modelo económico baseado essencialmente no aumento do consumo privado foi revisto para 2017, sendo agora mais reduzido. As projeções apontam para um aumento das exportações e das importações na mesma ordem de valores. A dívida pública continuará muito elevada, sendo um dos grandes obstáculos ao controlo do défice.

No quadro a seguir indicam-se as previsões para as principais variáveis macroeconómicas:

Indicadores		2017	2016
	IPC	1.40%	0.80%
	PIB	1.40%	1.20%
	Consumo Privado	1.30%	2.10%
	Consumo Público	0.00%	1.00%
	FBCF	4.40%	-1.70%

Fonte: Boletim Económico BdP

O mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros, em Portugal, cresceu face ao ano anterior, pela quarta vez consecutiva e voltando a superar a barreira dos 200.000 automóveis fixando-se nos 207.383 unidades vendidas, de acordo com a ACAP (Associação Automóvel de Portugal).

O crescimento total do mercado foi de 16,2% com um destaque para o segmento dos SUV que cresceu cerca de 32%.

No que diz respeito ao mercado dos Veículos Comerciais Ligeiros, o crescimento também se fez sentir pelo quarto ano consecutivo, alcançando as 34.837 unidades o que corresponde a uma variação de mais 13% face a 2015.

O segmento 1B consolida o seu peso com mais de 54% do mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

As principais marcas financiadas pela Sociedade apresentam regra geral um excelente ano:

Marca	Unidades			% no Mercado	
	2016	2015	%Var	2016	2015
Ligeiros de passageiros					
Fiat	10,176	7,838	29.8%	4.91	4.39
Land Rover	944	752	25.5%	0.46	0.42
Alfa Romeo	715	607	17.8%	0.34	0.34
Lancia	36	79	-55,7%	0.02	0.04
Jaguar	632	310	103.9%	0.30	0.17
Maserati	43	30	43.3%	0.02	0.02
Ferrari	17	19	-10.5%	0.01	0.01
Comerciais Ligeiros					
Fiat	2,821	2,211	27.6%	8.09	7.17
Land Rover	5	23	-78.30%	0.01	0.07

Globalmente, as vendas de veículos novos da FCA Portugal (Fiat, Alfa Romeo e Lancia) em 2016 foi de 13.748 unidades com uma quota de mercado global de 5,7%, representando um crescimento de volume de vendas de 28% face a 2015.

De acordo com os dados disponibilizados pela ASFAC (Associação de Instituições de Crédito Especializado), o crédito concedido em 2016 pelas Instituições de Crédito Especializado associadas da ASFAC ascendeu a cerca de 8.083 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 29,3% face ao ano de 2015. O crédito ao consumo, que representa 49,0% do total financiado, subiu 25,1% face ao ano de 2015.

A maioria do crédito clássico concedido em 2016 (71,3%) destinou-se, como é habitual, a meios de transporte. Esta rubrica apresentou um crescimento de 33,0% face a 2015. O financiamento de viaturas de passageiros ligeiras usadas, que representa 64,1% do financiamento de meios de transporte, apresentou uma subida de 30,6%. Já o crédito para aquisição de viaturas ligeiras de passageiros novas, que representa 29,4% dos financiamentos a meios de transporte, cresceu 37,1% em 2016.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A quota de mercado da Sociedade face ao total de crédito concedido pelas instituições de crédito especializadas no financiamento do consumo em 2016 e 2015 apresenta-se de seguida (M €):

	CRÉDITO TOTAL CONCEDIDO		
	2016	2015	Variação
OUTROS ASSOCIADOS	7.855	6.079	1.776
FCA CAPITAL	228	172	56
Total	8.083	6.251	1.832
QUOTA MERCADO FCAC	2,82%	2,75%	

1.3 EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Com os indicadores económicos cada vez mais favoráveis, começamos a verificar um cenário de crescimento do crédito ao consumo de automóveis e nomeadamente do grupo FCA.

A Sociedade concentrou a sua atenção na atividade comercial, principalmente no sector das frotas que tem vindo a crescer, tendo atingido os objetivos a que se propôs, e não descurou a sua atenção no rigor da análise de crédito, como também nos esforços na recuperação de crédito vencido, continuando a atuar sobre a vertente dos custos, e a apostar na contínua melhoria de processos.

O resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 4.856.730€, apresenta um crescimento de 61% face ao ano anterior. Este crescimento advém da consolidação das medidas implementadas nos últimos anos e que têm tido como objetivo adequar a empresa ao atual panorama económico.

O ano de 2016 consolida o acréscimo da carteira de crédito da Sociedade. Pelo segundo ano consecutivo a carteira cresce, em virtude da consolidação das diversas parcerias estabelecidas nos últimos anos pela Sociedade.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Durante os anos de 2016 e 2015, os volumes de produção da Sociedade em montante de capital financiado, podem ser detalhados da seguinte forma (M €):

Volume de Financiado	2016	2015
Retail Financing		
Leasing	76.9	55.8
Crédito Automóvel	19.6	11.4
Crédito ao Consumo	0.5	0.2
	97.0	67.4
Dealer Financing		
Créditos em conta corrente	131.6	105.0
Financiamentos à atividade empresarial	0.7	0.0
	131.3	105.0
Total	228.3	172.4

1.4 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remunerações é descrita nos dois pontos mencionados abaixo, os quais se encontram previstos no *Budget* anual relativo a custos de Estrutura/Pessoal:

Aumentos de salário / Promoções de carreira

No início do ano, é solicitado pelo *Headquarter* a apresentação de uma proposta referente a aumentos de salários e promoções, tendo em conta o limite definido anualmente, a seletividade (nº de salários de colaboradores com aumentado/promoções), bem como o custo previsto do *Budget* anual.

As propostas são recolhidas pelo *Human Resources & General Services* junto dos Responsáveis de cada área e apresentadas ao *Country Manager* para avaliação e autorização. Posteriormente, são enviadas ao *Headquarter* para validação final. Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:

1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que reúne as avaliações anuais de todos os colaboradores, nas componentes de Performance e Liderança.

RELATÓRIO DE GESTÃO

- No posicionamento do salário do colaborador em relação ao Estudo de Remunerações, facultado anualmente pelo *Headquarter*, onde é verificado o posicionamento do salário do colaborador face ao mercado.

Após a validação das propostas por parte do *Headquarter*, são atualizados os salários e promoções, sendo feita a comunicação aos colaboradores interessados no momento que produzem efeito.

Nova admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado atuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio, bem como a "negociação/acordo" efetuado no momento da seleção e recrutamento do novo Colaborador.

Estrutura da sociedade:

O Conselho de Administração da FCA Capital Portugal IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Carlo Federico Von Guggenberg - Presidente
 Alberto Grippo - Administrador Delegado
 Andrea Faina - Vogal
 João Miguel dos Santos Leandro - Vogal
 Joaquim Luiz Gomes - Vogal
 Luca Parasacco - Vogal
 Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques - Vogal

No exercício de 2016 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade, à exceção do vogal executivo Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques auferindo uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato.

Remuneração (Euros)	Componente		
	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração			
Dr. Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques	40,177	9,780	49,957

RELATÓRIO DE GESTÃO

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 17.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, os colaboradores da Sociedade abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do referido Aviso auferiram as seguintes remunerações:

Remuneração (Euros)	Número de beneficiários	Componente		
		Fixa	Variável	Total
Quadros diretivos (exceto funções de controlo)				
Finance	1	10,529	0	10,529
Credit	1	27,545	0	27,545
	2	38,074	0	38,074
Quadros diretivos (com funções de controlo)				
Compliance, Risk & Permanent Control	1	45,832	6,840	52,672
Audit	1	40,754	4,770	45,524
	2	86,586	11,610	98,196
Quadros diretivos (Total)	4	124,660	11,610	136,270

A componente variável é definida centralmente pelo acionista único FCA Bank em função, essencialmente, do resultado líquido consolidado do Grupo, do contributo da Sociedade para a obtenção do mesmo, bem como da *performance* individual do colaborador para esse desempenho.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes (em Euros):

	2016	2015
Revisão Legal de Contas	48,360	45,410
Outros serviços de garantia de fiabilidade	23,500	32,500

Durante os exercícios de 2016 e 2015 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à faturação dos seguintes montantes (em Euros):

	2016	2015
Revisão Legal de Contas	46,894	45,859
Outros serviços de garantia de fiabilidade	32,500	32,500

1.5 OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

1.5.1. Política de gestão do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em complemento ao Aviso 3/95 do Banco de Portugal, o qual define que o valor do crédito a clientes deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a que reflitam, a todo o tempo, o seu valor realizável, a FCA tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

No que respeita aos clientes Dealer Financing e às grandes exposições de retalho (exposições acima de 150 milhares de euros), o apuramento de perdas por imparidade é feito individualmente tendo em consideração a informação mais atualizada disponível, nomeadamente informação económico-financeira. Adicionalmente, a perda estimada individualmente pode ser ajustada com base em rumores ou outras informações previamente validadas pelo Comité de Crédito da Sociedade.

1.5.2. Política de gestão do risco de concentração

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A nível central da FCA Itália existe uma lista de contrapartes relevantes para a mesma, solicitando esta mensalmente à Sociedade detalhe das exposições relacionada com essas mesmas contrapartes.

1.5.3. Indicação das técnicas e modelos utilizados na avaliação, qualitativa e quantitativa, do capital interno e dos riscos, incluindo as técnicas de controlo e redução destes últimos

A Sociedade utiliza metodologia interna para análise dos diversos riscos (crédito, financeiro, operacional, sistemas informáticos, estratégico, compliance, reputacional) sejam os mesmos endógenos, ou seja, gerados pela própria atividade, sejam exógenos, ou seja, provocados por atividades externas. A análise e administração destes riscos incluem a pesquisa e identificação das fontes de risco, a estimativa da sua probabilidade e avaliação dos seus efeitos, o planeamento de estratégias e procedimentos de controlo de riscos e a aplicação estratégica dessas medidas diante da incerteza.

Esta atividade é acompanhada centralmente pela casa mãe através dos reportes definidos para o efeito.

O projeto de gestão de riscos permite:

- i. Conhecer os riscos: definir os índices dos riscos chave e agir para diminuir os fatores de risco.
- ii. Criar uma cultura de controlo e métrica, analisando a performance (rentabilidade/risco) das atividades.
- iii. Proteger o património líquido, através de uma análise quantitativa e qualitativa dos riscos.

No que se refere ao risco de crédito é utilizado o método *standard*.

No âmbito do projeto de gestão de riscos, foi criado a nível de grupo uma base de dados de perdas internas, foi definido um fluxo de aprovação/revisão de produtos, processos e sistemas, e um programa de auditorias.

Como ferramentas qualitativas dispõe a empresa de fluxos de aprovação, mapeamento de processos e autoavaliações de riscos e controlos.

Ao longo do relatório e à medida que é efetuada a abordagem de cada risco é especificado o respetivo método de controlo.

1.5.4. Descrição do processo de agregação das avaliações dos riscos e dos efeitos de diversificação

O processo de budget da Instituição desenrola-se num horizonte anual e por linha de negócio. Tendo em consideração a natureza principal de suporte à rede de concessionários *captive*, o processo de budget da FCA Capital é fortemente integrado com o processo de budget da FCA Portugal S.A. e portanto os novos volumes financiáveis baseiam-se no andamento de matrícula previsto pelo importador.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Para além disso, e na sequência dos acordos comerciais estabelecidos com a Jaguar Land Rover e com a Maserati, a FCAC torna-se o *partner* financeiro de referência no próprio perímetro geográfico, e portanto o processo de budget recebe como input também as previsões comerciais da JLR e da Maserati.

Coerente com o processo descrito, o andamento do custo do risco previsto é também avaliado e estimado de acordo com o andamento previsto para cada carteira e para o mercado.

São também efetuadas avaliações específicas sobre as necessidades financeiras esperadas, tendo em conta a evolução de cada atividade de negócio, com particular atenção às relativas coberturas, tendo em consideração a disponibilidade de financiamento do *Crédit Agricole*, através do acionista direto *CA Consumer Finance SA*, e o respetivo custo, estimado na base das melhores previsões de mercado disponíveis no momento da elaboração.

Tais previsões de tesouraria são objeto de avaliação com a Casa Mãe com periodicidade semanal. O processo de budget, que normalmente se concentra nos meses de setembro a novembro de cada ano, envolve a gestão de topo da FCAC e do Grupo.

Durante o ano estão previstas fases de revisão da performance esperada com base nos andamentos consuntivos integrados com a oportuna atualização das previsões de mercado e de eventuais novas linhas de negócio.

Com base mensal, a performance esperada é comparada com o consuntivo por linha de negócio com uma análise de detalhe dos desvios. A análise é partilhada com o management e com a Casa Mãe. O plano patrimonial segue o mesmo calendário e é consequentemente atualizado por ocasião de cada revisão de budget.

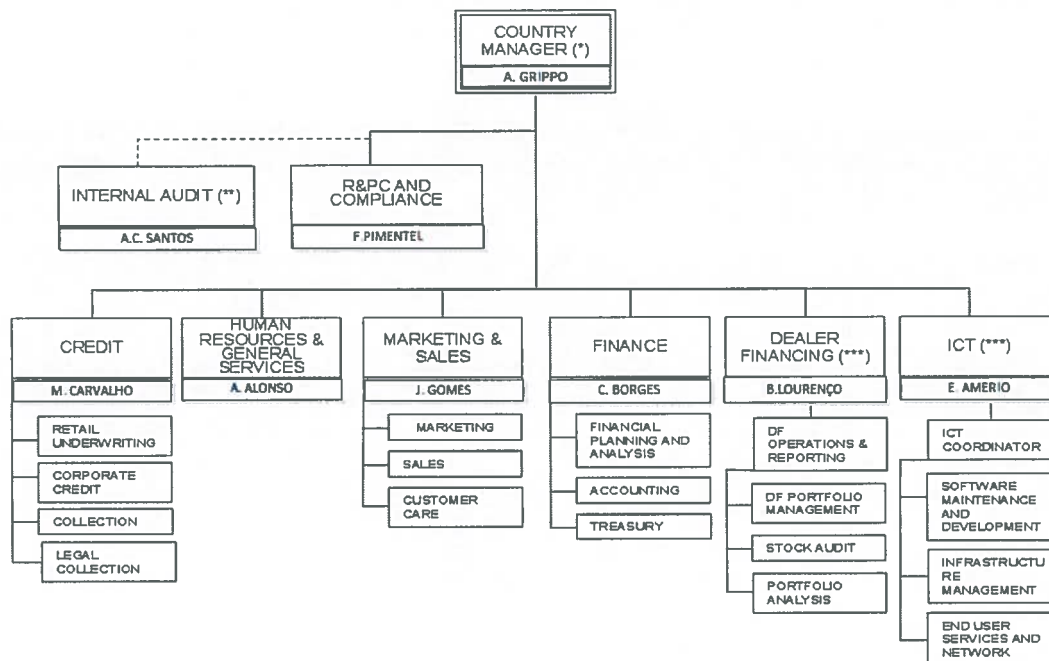
1.6 ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo, tendo sido constituída em 31 de Outubro de 1991. O capital social da Sociedade é de 10.000.000 Euros, constituído por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank, S.p.A.*.

A sociedade tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto por sete membros, conforme indicado na nota 1.4 deste relatório.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Apresenta-se de seguida a estrutura organizacional da FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.:



(*) Administrador Delegado (**) Esta função reporta directamente à Casa-Mãe (***) Estas funções são contratadas a empresas do Grupo

O período mínimo para realização de assembleias-gerais é de um ano para efeito de apreciação e aprovação das contas anuais. A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julgarem necessário ou quando for requerido por acionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

A Sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores, pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de outro Administrador Delegado ou por procuradores designados para determinados atos.

A gestão corrente está atribuída a um Administrador Delegado o qual define a estratégia para a Sociedade. Esta direção tem como função a coordenação da visão, da missão e dos objetivos a atingir em um determinado período.

1.7 BALANÇO SOCIAL

A Sociedade a 31 de Dezembro de 2016 tem 40 empregados.

A média de idades dos colaboradores é de 45 anos.

Em termos de antiguidade a distribuição por escalões etários é a seguinte: 9 colaboradores encontram-se abaixo dos 5 anos de antiguidade, 11 entre 6 e 15 anos de antiguidade e 19 apresentam antiguidade superior a 16 anos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

No que se refere à distribuição de género, 27 colaboradores são homens e 13 são mulheres.

A formação profissional é uma aposta estratégica e é fundamental para a gestão de desempenho e a orientação de carreira e para responder eficazmente às exigências do mercado e seus reguladores.

As ações de formação no ano de 2016 tiveram enfoque nas atividades de seguros e compliance (curso de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento de Terrorismo).

1.8 PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o ano de 2016 a carteira de crédito da Sociedade cresceu, estando em linha com a estratégia da Sociedade e com a evolução do mercado automóvel.

A Sociedade está consciente que será necessário manter e reforçar as boas relações com a Rede de Concessionários da Marca, continuando a acompanhar os parceiros neste clima económico de renascer e fortalecimento das marcas parceiras em Portugal.

Para 2017, com a previsão de crescimento do sector automóvel de 2% a 3%, assim como a política de consolidação das marcas FCA em Portugal, nomeadamente a entrada da marca Jeep no portefólio das marcas representadas em Portugal pela FCA, a Sociedade mantém-se otimista quanto ao seu contínuo crescimento. No entanto o mesmo está sujeito à incerteza quanto à performance económico-financeira do país e da EU.

1.9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

1.10 RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2016 não houve qualquer negócio entre a Sociedade e os seus Administradores.

1.11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo gerado na atividade do exercício, no montante de € 4.856.730, seja levado integralmente a resultados transitados, uma vez que o limite das reservas legais já foi ultrapassado.

1.12 NOTA FINAL

Com a apresentação do Relatório de Gestão, o Conselho de Administração, vem manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pelo diálogo e rigor com que acompanham a Sociedade.

Agradece ao acionista pela cooperação prestada e aos clientes pela preferência depositada na Sociedade, que em muito nos honra.

A todos os nossos colaboradores, agradecemos o seu contributo, empenho e dedicação.

Porto Salvo, 13 de Fevereiro de 2017



O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2016			2015
		Ativo antes de Provisões, imparidade e Amortizações	Provisões. Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.4	147.098	0	147.098	150.251
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.5	754.883	0	754.883	767.572
Crédito a clientes	3.6 e 3.13	160.656.442	5.242.599	155.413.843	130.312.996
Ativos não correntes detidos para venda	3.7	434.274	198.522	235.752	245.442
Outros ativos tangíveis	3.8	38.818	21.835	16.983	26.687
Ativos por impostos diferidos	3.9	1.015.325	0	1.015.325	1.305.309
Outros ativos	3.10	8.812.303	0	8.812.303	2.124.012
TOTAL DO ACTIVO		171.859.143	5.462.956	166.396.187	134.932.269

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	3.11	330.226	601.013
Recursos de outras instituições de crédito	3.12	67.563.488	37.033.952
Provisões	3.13	3.663.104	3.008.742
Passivos por impostos correntes	3.9	333.870	56.871
Outros passivos	3.14	3.333.857	7.916.780
TOTAL DO PASSIVO	Notas	75.224.545	48.617.358
CAPITAL			
Capital	3.15	10.000.000	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	3.16	76.314.912	73.293.827
Resultado do exercício	3.16	4.856.730	3.021.084
TOTAL DO CAPITAL		91.171.642	86.314.911
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		166.396.187	134.932.269

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

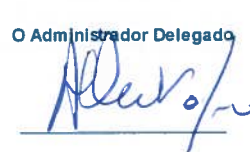
Demonstração de Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2016	2015
MARGEM FINANCEIRA			
Juros e rendimentos similares	3.17	6 949 543	7 053 611
Juros e encargos similares	3.17	(1 463 245)	(1 529 993)
TOTAL DA MARGEM FINANCEIRA		5.486.298	5.523.618
PRODUTO BANCÁRIO			
Rendimentos de serviços e comissões	3.18	4 242 110	3 816 624
Encargos com serviços e comissões	3.19	(1 622 026)	(1 525 524)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	3.11	269 736	355 826
Outros resultados de exploração	3.20	1 267 047	1 457 703
TOTAL DO PRODUTO BANCÁRIO		9.643.165	9.628.247
OUTRAS RUBRICAS			
Custos com pessoal	3.21	(1 941 444)	(1 713 674)
Gastos gerais administrativos	3.22	(2 226 562)	(2 196 601)
Amortizações do exercício	3.8	(9 705)	(12 829)
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.13	(654 363)	594 299
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.13	1 769 576	(2 065 755)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	3.13	(3 753)	(90 584)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		6.576.914	4.143.103
IMPOSTOS			
Correntes	3.9	(1 430 200)	(1 295 623)
Diferidos	3.9	(289 984)	173 604
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		4.856.730	3.021.084
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.856.730	3.021.084

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.**

Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2016	2015
Resultado líquido do exercício		4.856.730	3.021.084
Outro rendimento integral			
Itens que não são reclassificados pela demonstração de resultados			
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados			
Rendimento integral do exercício		4.856.730	3.021.084

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Resultados transferidos e outras reservas	Total de reservas e resultados transferidos	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		10.000.000	7.932.221	57.721.462	5.957.872	71.611.555	1.682.272	83.293.827
- Aplicação do resultado de 2014	3.15	-	-	1.514.045	-	1.682.272	(1.682.272)	-
- Resultado líquido do exercício de 2015		-	168.227	-	-	-	3.021.084	3.021.084
- Outros		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		10.000.000	8.100.448	59.235.507	5.957.872	73.293.827	3.021.084	86.314.911
- Aplicação do resultado de 2015	3.15	-	-	-	3.021.084	3.021.084	(3.021.084)	-
- Resultado líquido do exercício de 2016		-	-	-	-	-	4.856.730	4.856.730
- Outros		-	-	1	-	1	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		10.000.000	8.100.448	59.235.508	8.978.956	76.314.912	4.856.730	91.171.842

O Contabilista Certificado

O Administrador Delegado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

**Demonstração de Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

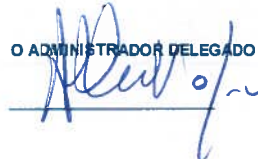
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	11.261.682	8.934.970
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2.911.743)	(3.230.839)
Recuperações de créditos incobráveis	1.503.342	1.356.264
Pagamentos ao pessoal	(1.634.090)	(1.766.027)
Pagamentos a fornecedores	(2.054.518)	(2.069.825)
Outros resultados	(21.420)	658.574
Resultados operacionais antes das variações nos ativos e passivos	6.143.253	3.883.117
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais		
Crédito a clientes	(23.979.190)	1.935.265
Outros ativos	(6.405.229)	1.066.337
	(30.384.419)	3.001.602
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito	30.563.148	(1.000.000)
Outros passivos	(5.158.847)	(3.705.362)
	25.404.301	(4.705.362)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	1.163.135	2.179.357
Pagamentos de impostos sobre lucros	(1.178.977)	(1.654.709)
Caixa líquida das atividades operacionais	(15.842)	524.648
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	0	15.000
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	0	15.000
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(15.842)	539.648
	0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	917.823	378.175
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(15.842)	539.648
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	901.981	917.823

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O ADMINISTRADOR DELEGADO



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, Piso 2 – 2740-262 Porto Salvo.

A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo FCA, pelo Grupo JLR e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 deste Anexo, a FCA Capital é detida integralmente pelo *FCA Bank SpA*, uma instituição financeira detida em partes iguais pela *FCA Italy S.p.A* (empresa do Grupo Fiat Chrysler Automobiles) e pelo *Crédit Agricole Consumer Finance* (empresa detida a 100% pelo *Crédit Agricole, S.A.*). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24.

Todos os montantes apresentados neste Anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 13 de Fevereiro de 2017. No entanto, nos termos do art.º 68º do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da FCA Capital foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da FCA Capital:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente, juros e comissões;
- ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 3.2.3 a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

3.2.2. Adoção de Normas Internacionais de Relato Financeiro Novas ou Revistas

As políticas contabilísticas adotadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com exceção, e sempre que aplicável à Sociedade, da adoção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adoção não implicou efeitos na posição patrimonial e *performance* da Sociedade.

3.2.2.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.2.2.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Empresa

IAS 1 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. Alternativamente a entidade pode optar por mensurar as plantas que geram produto agrícola ao seu justo valor no início do período comparativo mais recente apresentado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5.

A aplicação deve ser prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex. *Eurozone*) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospectiva. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

3.2.2.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 - Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *"full retrospective approach"* ou a *"modified retrospective approach"*.

Ainda não endossadas pela UE**IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas**

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “right-of-use” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *“full retrospective approach”* ou a *“modified retrospective approach”*.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida.

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. É permitida a aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

Clarificações à IFRS 15:

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "*full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospectiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Esta predominância deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
- ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

Estas melhorias devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018. É permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada.

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.2.3. Instrumentos financeiros**a) Crédito a clientes e outros valores a receber**

O Crédito a clientes e outros valores a receber encontram-se registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados, são registados na rubrica "Crédito e juros vencidos" (Nota 3.6). Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registadas na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Na rubrica de "Créditos e juros vencidos" são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos, por incumprimento das respetivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. Nestas situações, o valor registado inclui também o capital vincendo na data de rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis meses de prestações vencidas.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas por aquela entidade, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação das percentagens mínimas de provisão indicadas no acima referido Aviso, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados, tendo em conta a existência ou não

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo (SPA).

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e,
- Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vencidos sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Periodicamente, a FCA Capital abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração" (Nota 3.20) e na margem financeira (Nota 3.17).

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo e trata-se de uma provisão de natureza genérica, destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere a operações de crédito ao consumo a percentagem aplicável é de 1,5%), excluindo o que tenha sido objeto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem com o que tenha sido concedido a entidades do Sector Público Administrativo.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

b) Ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os critérios definidos nas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

3.2.4. Outras provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tais provisões encontram-se registadas no passivo e destinam-se a fazer face a eventuais contingências legais e fiscais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.5. Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, tal como preconizado na Norma IAS 39, nomeadamente, derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações para o justo valor positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respetivamente.

3.2.6. Impostosi) Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a taxa efetiva de imposto. Para efeitos do apuramento do resultado fiscal, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e os passíveis de serem deduzidos, respetivamente.

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida da derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como derrama estadual à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

superior a € 1.500.000 e inferior a € 7.500.000, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 25,5%.

ii) Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizadas na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis, prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício.

3.2.7. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respetivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um eventual ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controlo da Sociedade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

<u>Rubrica</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Outro equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como gasto do exercício, na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre:

- (i) o justo valor deduzido de custos para vender, e
- (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é também reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.9. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais para a venda de tais ativos;
- A sua venda é altamente provável, isto é:
 - i) A Administração da Sociedade está empenhada num plano para vender o ativo;
 - ii) Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - iii) O ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e
 - iv) A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Enquanto estiverem classificados como detidos para venda, os ativos não correntes não são depreciados (ou amortizados).

3.2.10. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes" o total dos saldos das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3.2.11. Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.2.12. Comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efetiva nas rubricas de “Rendimentos de serviços e comissões” e “Encargos com serviços e comissões”.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

3.3.1. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

3.3.2. Provisões e imparidade do crédito

A determinação da provisão para créditos é efetuada de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. Adicionalmente, a Sociedade constitui provisões com base no conhecimento da realidade dos seus clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*) e segue o estipulado na Carta-Circular no. 2/2014 do Banco de Portugal, o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

3.3.3. Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis e penhores de veículos automóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições do mercado, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

3.3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado mensalmente em função de indicadores definidos, avaliados e transmitidos pela casa-mãe.

3.4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa	365	277
Depósitos à ordem em bancos centrais	146.733	149.974
	<u>147.098</u>	<u>150.251</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências criados pela aplicação do requisito de liquidez (LCR), conforme estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

3.5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Banco Comercial Português, SA (Millenium BCP)	749,120	154,339
Caixa Geral de Depositos, SA. (CGD)	0	608,350
Outros Bancos	5,763	4,883
	<u>754,883</u>	<u>767,572</u>

Os depósitos à ordem acima mencionados vencem juros às taxas normais de mercado.

3.6. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
<u>Crédito Vincendo:</u>		
<i>Retail Financing</i>		
Crédito Automóvel	51.533.751	52.269.282
Locadoras	46.126.524	33.908.955
Locação Financeira Mobiliária	28.451.718	21.405.602
Crédito ao Consumo	921.705	917.170
Locação Financeira Imobiliária	579.669	699.495
<i>Dealer Financing</i>		
Jaguar / Land Rover	26.678.379	22.001.259
Maserati	1.148.891	692.349
Corporate Identity	399.077	0
Cash Advance	250.000	250.000
Hymer	186.607	0
	156.276.321	132.144.112
<u>Crédito e Juros Vencidos:</u>		
<i>Retail Financing</i>		
Crédito Automóvel	2.659.092	2.728.259
Locação Financeira Mobiliária	767.478	897.324
Crédito ao Consumo	109.338	123.438
Locadoras	21.081	0
<i>Dealer Financing</i>		
Cash Advance	864.000	864.000
Jaguar / Land Rover	0	62.302
Maserati	0	1.675
	4.420.989	4.676.998
<u>Outros</u>		
Prémios de seguro de contratos de locação financeira	517.111	358.529
	517.111	358.529
Total de crédito concedido	161.214.421	137.179.639
Juros a receber de crédito concedido	346.486	361.938
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos):</u>		
Comissões administrativas	(2.075.276)	(1.700.673)
Comissões de seguros	(1.255.086)	(1.024.599)
Comissões de campanhas	(448.231)	(271.922)
	(3.778.593)	(2.997.194)
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (custos):</u>		
Comissões de angariação de contratos	2.473.474	2.433.048
Comissões administrativas	400.654	403.320
Comissões de seguros	0	12
	2.874.128	2.836.380
Total de diferimentos	(904.465)	(160.814)
Crédito a clientes antes de depreciações e imparidades	160.656.442	137.380.763
Provisões para crédito e juros vencidos e para crédito de cobrança duvidosa	(5.242.599)	(7.067.767)
Crédito a clientes líquido de depreciações e imparidades	155.413.843	130.312.996

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Crédito vincendo – locadoras" representa o montante de crédito concedido a locadoras por um prazo máximo de 2 anos. Atualmente, por via da alteração contratual efetuada em 2015, a FCA Capital tem a opção de venda das viaturas retomadas à *Fiat Chrysler Automobiles Portugal, SA* (FCA Portugal), pelo valor das viaturas à data da retoma, não podendo o mesmo exceder o valor residual definido contratualmente (Nota 3.24).

À data de 31 de Dezembro de 2016 o crédito vivo e respetivo valor de retoma associado a esta rubrica ascendia a 6.899.815 Euros e 39.226.708 Euros, respetivamente (Em 31 de Dezembro de 2015 estes montantes eram respetivamente de 6.522.573 Euros e 27.386.382 Euros). Como garantia do cumprimento das responsabilidades pelas locadoras, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte substancial do crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Crédito vincendo - Jaguar/Land Rover", "Crédito vincendo – Hymer", "Crédito vincendo – Maserati" e "Crédito e juros vencidos - Jaguar/Land Rover", "Crédito e juros vencidos – Hymer", "Crédito e juros vencidos – Maserati" referem-se a financiamentos concedidos a concessionários representantes das marcas "Jaguar", "Land Rover", "Hymer" e "Maserati", bem como a oficinas de reparação para a aquisição de veículos e peças daquelas marcas. Como garantia do cumprimento daquelas responsabilidades, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte significativa do valor em dívida.

Nas mesmas datas, o montante de crédito concedido, bem como as respetivas garantias bancárias afetas eram como segue:

CRÉDITO A CLIENTES (JAGUAR LAND ROVER)

	2016			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Tatecars Lisboa, S.A.	6.522.118	0	6.522.118	1.375.000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	6.117.843	0	6.117.843	1.150.000
Jaguar - Automóveis Lisboa, S.A.	4.363.461	0	4.363.461	0
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2.870.825	0	2.870.825	487.500
Tatecars Porto, S.A.	2.562.186	0	2.562.186	782.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.565.630	0	1.565.630	402.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	1.283.999	0	1.283.999	414.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	669.192	0	669.192	0
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	561.237	0	561.237	410.000
J. H. Ornelas & Cª., Sucessor, Lda.	101.253	0	101.253	227.500
Outros	60.635	0	60.635	120.000
	<u>26.678.379</u>	<u>0</u>	<u>26.678.379</u>	<u>5.369.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

2015				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	5.829.638	11.112	5.840.750	1.150.000
Jaguar - Automóveis Lisboa, S.A.	7.427.363	10.891	7.438.254	1.375.000
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	1.645.554	2.810	1.648.364	487.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.205.753	600	1.206.353	402.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	1.295.186	2.846	1.298.032	414.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	2.247.685	4.014	2.251.699	782.500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	1.118.878	743	1.119.621	410.000
J. H. Ornelas & Cª., Sucessor, Lda.	149.733	49	149.782	227.500
Outros	1.081.469	29.237	1.110.706	600.000
	<u>22.001.259</u>	<u>62.302</u>	<u>22.063.561</u>	<u>5.849.000</u>

CRÉDITO A CLIENTES (MASERATI)

2016				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport. SA.	1.148.891	0	1.148.891	1.500.000
Outros	0	0	0	0
	<u>1.148.891</u>	<u>0</u>	<u>1.148.891</u>	<u>1.500.000</u>

2015				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport. SA.	692.349	915	693.264	400.000
Outros	0	760	760	0
	<u>692.349</u>	<u>1.675</u>	<u>694.024</u>	<u>400.000</u>

CRÉDITO A CLIENTES (HYMER)

2016				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
J.C. & Parracho - Rent-a-Car Lda	186.607	0	186.607	30.000
	<u>186.607</u>	<u>0</u>	<u>186.607</u>	<u>30.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Crédito vincendo e vencido – *Cash Advance*" refere-se essencialmente a empréstimos de curto prazo concedidos a concessionários e postos de venda enquadrados na política comercial da Sociedade (*Cash advance*). De acordo com os contratos celebrados, os concessionários e os postos de venda propõem-se colocar mensalmente na Sociedade contratos de financiamento a clientes de valor pelo menos igual ao do empréstimo concedido. Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

	2016		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS CAR - Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Outros	0	14.000	14.000
	<u>250.000</u>	<u>864.000</u>	<u>1.114.000</u>

	2015		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS CAR - Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Outros	0	14.000	14.000
	<u>250.000</u>	<u>864.000</u>	<u>1.114.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (custos)" corresponde a encargos suportados pela sociedade no âmbito do processo de aceitação e celebração de contratos junto da sua rede de captação de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) - Comissões de campanhas" corresponde à comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade. As comparticipações da FCA Portugal são recebidas no início dos contratos e diferidas de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Sociedade reconheceu em proveitos na rubrica "Juros e rendimentos similares – De campanhas" os montantes de 121.166 Euros e 99.922 Euros, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões administrativas" corresponde a valores de comissões cobrados aos clientes durante a celebração do contrato, bem como por diversos serviços prestados pela sociedade durante o decurso do mesmo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões de seguros" corresponde a valores de comissões recebidas pela sociedade pela sua atividade de mediador de seguros junto da sua carteira de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Até 3 meses	18.051.067	11.512.133
De três meses a um ano	73.365.352	62.226.858
De um a três anos	40.292.366	39.181.143
De três a cinco anos	15.391.891	13.984.395
Mais de cinco anos	9.165.335	5.230.793
Indeterminado	10.310	8.790
	<u>156.276.321</u>	<u>132.144.112</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2016	2015
Até 3 meses	134.066	271.050
De três meses a um ano	385.160	675.418
De um a cinco anos	3.891.460	3.728.187
Mais de cinco anos	10.303	2.343
	<u>4.420.989</u>	<u>4.676.998</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 675.436 Euros e 539.566 Euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as provisões constituídas para fazer face ao risco de crédito podem ser analisadas como segue:

2016						
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
Retail Financing						
Crédito Automóvel	2.484.697	66.519	754.010	3.305.226	(523.095)	2.782.131
Locadoras	5.270	0	461.263	466.533	1.698.006	2.164.539
Locação Financeira Mobiliária	642.527	14.268	378.616	1.035.411	(183.434)	851.977
Crédito ao Consumo	102.214	21	13.804	116.039	(1.858)	114.181
Locação Financeira Imobiliária	0	0	5.797	5.797	0	5.797
Dealer Financing						
Cash Advance	864.000	0	2.500	866.500	57.500	924.000
Jaguar / Land Rover	0	0	266.784	266.784	0	266.784
Maserati	0	0	11.489	11.489	0	11.489
Corporate Identity	0	0	3.991	3.991	15.964	19.955
Hymer	0	0	1.866	1.866	0	1.866
	4.098.708	80.808	1.900.120	6.079.636	1.063.083	7.142.719

2015						
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
Retail Financing						
Crédito Automóvel	2.361.817	105.100	767.451	3.234.368	(376.128)	2.858.240
Locadoras	0	0	339.088	339.088	2.938.509	3.277.597
Locação Financeira Mobiliária	766.333	50.040	274.152	1.090.525	36.845	1.127.370
Crédito ao Consumo	105.274	1.735	13.602	120.611	(75)	120.536
Locação Financeira Imobiliária	0	0	6.995	6.995	120.848	127.843
Dealer Financing						
Cash Advance	864.000	0	2.500	866.500	92.830	959.330
Jaguar / Land Rover	623	0	220.013	220.636	0	220.636
Maserati	17	0	6.923	6.940	0	6.940
Corporate Identity	0	0	0	0	0	0
Hymer	0	0	0	0	0	0
	4.098.064	156.875	1.630.724	5.885.663	2.812.829	8.698.492

As provisões para riscos gerais de crédito encontram-se registadas no âmbito da rubrica provisões do passivo (Nota 3.13).

3.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica é composta por um imóvel recuperado pela Sociedade resultante da entrada em situação de incumprimento por parte do locatário de contrato de leasing imobiliário. O mesmo foi reavaliado à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 originando um registo de perdas por imparidade conforme se segue:

	2016	2015
Ativos não correntes disponíveis para venda	434.274	434.274
Imparidade	(198.522)	(188.832)
	<u>235.752</u>	<u>245.442</u>

3.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015			2016		
Rubricas	Valor de balanço (Bruto)	Amortizações e imparidades acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Valor de balanço (Bruto)
Instalações	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	38.818	(12.130)	-	(9.705)	-	38.818
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>38.818</u>	<u>(12.130)</u>	<u>-</u>	<u>(9.705)</u>	<u>-</u>	<u>38.818</u>

3.9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, designadamente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e pelo período de cinco anos em sede de Segurança Social, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2014 a 2016. Adicionalmente, e de acordo com o Artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em virtude de diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ser efetuadas eventuais correções pelas autoridades fiscais. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, pode ser demonstrada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento do imposto		6.576.914		4.143.103
Imposto com base na taxa de imposto nominal	24,82%	1.632.113	24,41%	1.011.491
Tributação autónoma	0,65%	42.668	0,99%	41.048
Contribuição para o sector bancário	0,85%	55.594	1,21%	50.311
Correcções de estimativa do exercício anterior	0,07%	4.833	0,03%	1.044
Ajustamento tributário, líquido	(0,23%)	(15.024)	0,44%	18.125
	<u>26,15%</u>	<u>1.720.184</u>	<u>27,08%</u>	<u>1.122.019</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a taxa nominal de imposto foi apurada da seguinte forma:

	2016			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22,50%	1.500.000	337.500	5,13%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25,50%	5.076.914	1.294.613	19,68%
		<u>6.576.914</u>	<u>1.632.113</u>	<u>24,82%</u>

	2015			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22,50%	1.500.000	337.500	8,15%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25,50%	2.643.103	673.991	16,27%
		<u>4.143.103</u>	<u>1.011.491</u>	<u>24,41%</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o imposto corrente a pagar foi determinado como segue:

	2016	2015
Estimativa de imposto corrente do exercício	1.425.367	1.295.623
Pagamentos por conta	(1.089.457)	(1.235.163)
Retenções de impostos na fonte	(2.040)	(3.589)
Imposto a recuperar / pagar	<u>333.870</u>	<u>56.871</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O movimento verificado nos ativos e passivos por impostos diferidos, durante os exercícios de 2016 e 2015 diz respeito essencialmente à constituição de provisões temporariamente não aceites como custo fiscal, conforme se segue:

Rubrica	Saldos a 31-12-2015	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2016
Riscos gerais de crédito	24.833	0	0	0	24.833
Para imparidade do crédito	680.705	0	(423.439)	0	257.266
Imparidade e ajustamentos em imóveis	45.697	2.345	0	0	48.042
Outras provisões	554.074	131.110	0	0	685.184
	<u>1.305.309</u>	<u>133.455</u>	<u>(423.439)</u>	<u>0</u>	<u>1.015.325</u>

Rubrica	Saldos a 31-12-2014	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2015
Riscos gerais de crédito	24.833		0	0	24.833
Para imparidade do crédito	372.350	308.355	0	0	680.705
Imparidade e ajustamentos em imóveis	38.179	7.518	0	0	45.697
Outras provisões	696.342	0	(142.268)	0	554.074
	<u>1.131.704</u>	<u>315.873</u>	<u>(142.268)</u>	<u>0</u>	<u>1.305.309</u>

3.10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores diversos		
* FCA Dealer Services, S.A. (Nota 3.24)	1.167.633	0
* Concessionários	350.384	133.497
* Comissões de seguros	223.813	77.253
* Jaguar Land Rover, Ltd.	0	144.000
* FCA Portugal, S.A. (Nota 3.24)	0	69.923
* Contratos em receção	2.136.284	165.312
* Outros	270.638	247.732
Setor Público Administrativo		
* Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	4.663.551	1.339.086
	<u>8.812.303</u>	<u>2.176.803</u>
Imparidade em outros ativos	0	(52.791)
Outros ativos líquidos de imparidade	<u>8.812.303</u>	<u>2.124.012</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "FCA Dealer Services" corresponde essencialmente ao valor equivalente a contratos ativados no início de 2017, calculado com base na atribuição de contratos de Crédito e Leasing atribuídos neste exercício por intermediação das sociedades com contrato de Concessão.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Comissões de seguro" corresponde às comissões a receber das seguradoras *Financial Insurance Company Limited* e *Financial Assurance Company Limited*, que atuam em Portugal sob a marca comunitária *Genworth Financial*, pela angariação de contratos de seguros associados aos contratos de locação financeira e de crédito ao consumo celebrados pela Sociedade. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui os prémios a receber da *Genworth Financial* relativos a contratos rescindidos antecipadamente, bem como as comissões a receber relativamente ao último trimestre de 2016 e 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Concessionários" refere-se, essencialmente, a débitos de Imposto Único de Circulação, juros debitados a concessionários JLR e à faturação de valores residuais de contratos de locação financeira efetuados a estes nos últimos dias do mês

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Outros" inclui os montante de 47.205 Euros e 136.392 Euros, respetantes, respetivamente, a juros de campanhas e comissões em processos de contratos RAC atribuíveis à FCA Portugal, SA (Nota 3.24). Em 31 de Dezembro de 2015 estes montantes eram de 2.163 Euros e 69.755 Euros respetivamente.

3.11. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica refere-se ao justo valor de operações de swaps de taxa de juro contratadas com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (6 e 7 operações em 2016 e 2015, respetivamente). No âmbito de tais contratos, a Sociedade troca taxas de juro fixas por taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos swaps e os prazos residuais por montante nomenclal apresentam o seguinte detalhe:

2016								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nomenclal total
118.645	-	500.000	1.000.000	2.000.000	500.000	-	-	4.000.000
132.219	-	-	-	-	3.100.000	250.000	-	3.350.000
38.045	1.000.000	-	1.000.000	2.000.000	-	-	-	4.000.000
31.643	-	1.600.000	-	-	-	1.300.000	-	2.900.000
5.074	-	-	3.700.000	2.700.000	1.000.000	1.000.000	-	8.400.000
4.600	6.500.000	-	-	-	-	-	-	6.500.000
330.226	7.500.000	2.100.000	5.700.000	6.700.000	4.600.000	2.550.000	0	29.150.000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

2015								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nominal total
187.419	-	-	-	1.500.000	2.000.000	500.000	-	4.000.000
156.369	-	-	-	-	-	3.350.000	-	3.350.000
70.713	-	1.000.000	1.000.000	2.000.000	2.000.000	-	-	6.000.000
23.538	-	-	-	1.600.000	-	1.000.000	300.000	2.900.000
10.841	-	-	-	6.500.000	-	-	-	6.500.000
99.232	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
52.901	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
601.013	0	1.000.000	11.000.000	11.600.000	4.000.000	4.850.000	300.000	32.750.000

Os juros a pagar incluídos no apuramento do justo valor dos contratos de *swap* em aberto em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, nos montantes de 5.792 Euros e 6.843 Euros, respectivamente, foram registados por contrapartida da rubrica de "Juros e encargos similares" (Nota 3.17).

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados no montante de 269.736 e 355.826 Euros, respetivamente, refere-se ao impacto líquido da reavaliação das operações de derivados.

3.12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Á vista</u>		
* Descobertos bancários	2.563.148	0
<u>A prazo ou com pré-aviso</u>		
* Empréstimos de curto prazo	65.000.000	37.000.000
	67.563.148	37.000.000
Juros a pagar	340	33.952
	67.563.488	37.033.952

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os descobertos bancários encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras e apresentavam as seguintes condições contratuais:

	2016	2015	Limite Crédito	Remuneração
Caixa Geral de Depósitos	2.563.148	0	5.000.000	EUR 12M + 1,75%
	2.563.148	0	5.000.000	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos a prazo, ou com pré-aviso, encontravam-se domiciliados nas seguintes entidades:

	2016	2015
Caixa Geral de Depósitos	2,563,148	0
Credit Agricole Consumer Finance (Nota 3.24)	65,000,000	0
FCA Bank (Nota 3.24)	0	37,000,000
	<u>67,563,148</u>	<u>37,000,000</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura em função do seu prazo residual:

	2016	2015
Até três meses	65.000.000	37.000.000
	<u>65.000.000</u>	<u>37.000.000</u>

3.13. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento nas provisões até 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

2016						
	Saldos em 31.12.15	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Saldos em 31.12.16
Crédito e juros vencidos (Nota 3.6)	4,098,064	777,096	(720,860)	(55,592)	-	4,098,708
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.6)	2,969,703	1,289,898	(3,115,710)	-	-	1,143,891
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	188,832	9,690	-	-	-	198,522
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	52,791	-	(46,634)	(6,157)	-	-
	<u>7,309,390</u>	<u>2,076,684</u>	<u>(3,883,204)</u>	<u>(61,749)</u>	<u>-</u>	<u>5,441,121</u>
Riscos gerais de crédito (Nota 3.6)	1,630,725	1,413,082	(1,143,687)	-	-	1,900,120
Outras provisões	1,378,016	621,662	(236,694)	-	-	1,762,984
Para outras aplicações	-	40,696	-	(40,696)	-	-
	<u>3,008,741</u>	<u>2,075,440</u>	<u>(1,380,381)</u>	<u>(40,696)</u>	<u>-</u>	<u>3,663,104</u>
	<u>10,318,131</u>	<u>4,152,124</u>	<u>(5,263,585)</u>	<u>(102,445)</u>	<u>-</u>	<u>9,104,225</u>

2015						
	Saldos em 31.12.14	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Saldos em 31.12.15
Crédito e juros vencidos (Nota 3.6)	3,743,772	1,786,238	(1,003,921)	(428,025)	-	4,098,064
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.6)	1,994,163	2,899,310	(1,615,872)	-	(307,898)	2,969,703
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	157,764	31,068	-	-	-	188,832
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	52,791	-	-	-	-	52,791
	<u>5,948,490</u>	<u>4,716,616</u>	<u>(2,619,793)</u>	<u>(428,025)</u>	<u>(307,898)</u>	<u>7,309,390</u>
Riscos gerais de crédito (Nota 3.6)	1,658,626	959,703	(987,604)	-	-	1,630,725
Outras provisões	1,658,004	563,739	(1,130,137)	(21,488)	307,898	1,378,016
Para outras aplicações	-	59,516	-	(59,516)	-	-
	<u>3,316,630</u>	<u>1,582,958</u>	<u>(2,117,741)</u>	<u>(81,004)</u>	<u>307,898</u>	<u>3,008,741</u>
	<u>9,265,120</u>	<u>6,299,574</u>	<u>(4,737,534)</u>	<u>(509,029)</u>	<u>-</u>	<u>10,318,131</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Sociedade assumiu perante a FCA Dealer Services o risco de incobrabilidade das responsabilidades do produto *Cash Advance* dos concessionários abaixo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

indicados tendo constituído uma provisão para fazer face ao compromisso de recompra destes ativos e de compensação da FCA Dealer Services pelas perdas em que esta venha a incorrer resultante do processo de cobrança dos créditos.

	2016	2015
Mundauto - Sociedade Comercial de Automóveis, S.A.	400.000	400.000
Fimafr - Automóveis e Equipamentos, Lda.	234.250	234.250
	<u>634.250</u>	<u>634.250</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "Outras provisões" no total de 1.762.984 Euros inclui, conforme referido acima, 634.250 Euros para fazer face ao risco de incobrabilidade no produto *Cash Advance*, 610.527 Euros para cobrir desvalorizações de valores residuais, 261.450 Euros para cobrir custos com legalização de contratos resultantes da alteração de denominação social e 256.757 Euros para cobrir outros encargos operativos, nomeadamente indemnização solicitada pelo arrendatário das antigas instalações sitas em Miraflores e despesas com acondicionamento de viaturas locadas.

3.14. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Fornecedores</u>	56.336	104.823
<u>Credores diversos</u>		
* Comissões de seguros (Nota 3.27)	466.419	249.520
* FCA Portugal, S.A. (Nota 3.24)	391.151	0
* Pagamentos parcelares e outros recebimentos a regularizar	160.412	215.291
* Cauções recebidas	92.680	106.627
* FCA Italian Motor Village, S.A. (Nota 3.24)	7.185	5.183
* Concessionários	87.950	65.129
* FCA Dealer Services, S.A. (Nota 3.24)	0	5.702.785
* Genworth Financial (Nota 3.27)	0	14.435
* Outros	75.486	81.160
<u>Remunerações a liquidar</u>	425.151	168.530
<u>Custos administrativos</u>		
* Bónus de volume	673.077	485.111
* Auditoria e consultoria	181.969	161.372
* Custos com campanhas	55.200	20.800
* Outros	416.225	224.019
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	98.835	217.183
<u>Setor Público Administrativo</u>		
* Imposto de selo	82.833	39.558
* Contribuições para a Segurança Social	32.090	26.490
* Outros impostos	30.858	28.764
<u>Rubricas a regularizar</u>		
* Outras	0	0
	<u>3.333.857</u>	<u>7.916.780</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Comissões de seguros” refere-se à estimativa dos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade que ainda não foram faturados pela *Genworth Financial*.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “FCA Dealer Services” corresponde, essencialmente, ao valor de aquisição das viaturas associadas aos contratos de crédito celebrados nos últimos meses do ano de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica “Pagamentos parcelares e outros recebimentos por regularizar” refere-se, essencialmente, a antecipações de contratos e a pagamentos parciais de prestações que apenas foram associados aos respetivos contratos de locação financeira no exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2016, a sociedade registou uma importância de 391.151 euros a favor da FCA Portugal, SA. que diz respeito à devolução de um pagamento em excesso efetuado à sociedade em epígrafe.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “*Genworth Financial*” refere-se, essencialmente, ao montante faturado pela *Genworth Financial* no final desses semestres relativamente aos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade deduzido das comissões a receber pela angariação dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de “Remunerações a liquidar” inclui essencialmente a especialização de férias e subsídio de férias e dos prémios a pagar no exercício seguinte aos colaboradores, nos montantes de 282.597 Euros e 111.839 Euros, respetivamente (90.930 Euros e 77.600 Euros para o subsídio de férias e para os prémios a liquidar em 31 de Dezembro de 2015, respetivamente).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Bónus volume” refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos últimos meses do ano. O montante apresentado inclui um valor a pagar à FCA Motor Village que ascende a 144.674 Euros e um montante de 147.203 a pagar à FCA Dealer Services (Nota. 3.24).

3.15. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank S.p.A.*.

3.16. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Outras reservas e resultados transitados		
* Reservas legais	8,100,448	8,100,448
* Reservas livres	59,235,507	59,235,507
* Resultados transitados e outras reservas	8,978,957	5,957,873
	<u>76,314,912</u>	<u>73,293,827</u>
Resultado líquido do exercício	4,856,730	3,021,084
	<u>81,171,642</u>	<u>76,314,911</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação dos resultados

Na próxima Assembleia Geral, será proposto pelo Conselho de Administração da Sociedade a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016.

3.17. JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
* De crédito concedido	6.713.108	6.953.638
* De campanhas (Notas 3.6 e 3.24)	230.672	99.922
* De disponibilidades	5.763	51
	<u>6.949.543</u>	<u>7.053.611</u>
<u>Juros e encargos similares</u>		
* De empréstimos	1.096.042	997.318
* De instrumentos derivados - IRS Swaps	367.203	532.675
	<u>1.463.245</u>	<u>1.529.993</u>
Margem Financeira	<u>5.486.298</u>	<u>5.523.618</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se registados na rubrica "Juros e rendimentos similares - Juros de crédito concedido" os montantes de 385.937 Euros e 288.245 Euros, respetivamente, que se referem a juros recuperados provenientes de operações abatidas à carteira de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Juros e rendimentos similares - Juros de campanhas" refere-se a comissões auferidas pela Sociedade no âmbito de ações promocionais pelas respetivas marcas. Estas comissões são diferidas ao longo da vida dos contratos e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Está incluída nesta rubrica a comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade tendo sido reconhecidos relativamente a estas comparticipações os montantes de 121.166 Euros e 99.922 Euros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

De referir que as comissões por angariação de contratos, que concorrem para a margem financeira, no montante de 1.566.021 Euros e 1.436.804 Euros em 2016 e 2015, respetivamente, estão registadas na rubrica "Encargos com serviços e comissões" (Nota 3.19).

As comissões administrativas de abertura de crédito bem como as comissões de seguros, que concorrem igualmente para a margem financeira, nos montantes de 2.830.704 Euros e 590.180 Euros, respetivamente (2.260.592 Euros e 584.088 Euros em 2015), encontram-se registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 3.18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Juros e encargos similares – de empréstimos" inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto do *FCA Bank S.p.A.*, nos montantes de 912.958 Euros e 743.900 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

3.18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões administrativas	2,830,704	2,260,592
Reembolso de despesas		
* De despesas de cobrança	340,059	431,233
* De portes	318,825	365,506
Comissões de seguros	590,180	584,088
Comissões associadas ao negócio JLR	91,314	101,216
Prestação de serviços diversos		
* Penalizações por antecipações	35,479	41,609
* Outras penalizações	35,549	32,380
	<u>4,242,110</u>	<u>3,816,624</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Comissões administrativas" refere-se ao valor cobrado pela Sociedade aos seus clientes, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Reembolso de despesas - Despesas de cobrança" corresponde ao valor debitado pela Sociedade pelo atraso no pagamento de prestações por parte dos seus clientes, sendo o mesmo apenas registado no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Reembolso de despesas - Portes" corresponde ao valor debitado pela Sociedade aos seus clientes por cada prestação cobrada.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Comissões de seguros" corresponde às comissões recebidas pela angariação de contratos de seguros. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Prestação de serviços diversos" corresponde ao valor debitado pela Sociedade resultante de alterações solicitadas pelos clientes relacionadas com a antecipação dos contratos e de outras condições contratuais.

3.19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões por angariação de contratos	1.566.021	1.436.804
Comissões por operações realizadas por terceiros	56.005	88.720
	<u>1.622.026</u>	<u>1.525.524</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Comissões por angariação de contratos" respeitava aos custos suportados pela Sociedade, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo desta rubrica inclui 244.674 Euros e 66.668 Euros, respetivamente, de encargos do exercício com bónus e rappel atribuídos à FCA Motor Village (Nota 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Comissões por operações realizadas por terceiros" refere-se a custos associados à cobrança de valores nas restantes instituições de crédito nacionais, onde se encontram domiciliadas as contas de depósitos dos clientes da Sociedade.

3.20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Recuperação de crédito		
* Capital	886.216	1.152.307
* Juros e outras despesas	231.189	203.957
Reembolso de despesas		
* Emolumentos	110.119	109.079
Mais-valias em bens adquiridos por recuperação	45.121	22.406
Reservas de propriedade	23.499	16.481
Reembolso de despesas de tribunal	3.787	1.661
Ganhos em ativos não financeiros (tangíveis)	0	3.238
Outros	3.124	2.070
	<u>1.303.055</u>	<u>1.511.199</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Impostos indiretos	(6.113)	(32.296)
Fundo de resolução	(10.103)	(10.480)
Quotizações e donativos	(7.183)	(7.183)
Perdão de dívidas a clientes	0	(140)
Outros	(12.609)	(3.397)
	<u>(36.008)</u>	<u>(53.496)</u>
	<u>1.267.047</u>	<u>1.457.703</u>

A rubrica de "Recuperação de crédito" compreende os valores referentes a dívidas de clientes recuperados através da via judicial e extra judicial. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 3.17, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Sociedade registou também na rubrica "Juros e rendimentos similares - Juros de crédito concedido" juros recuperados no montante de 385.937 Euros e 288.245 Euros, respetivamente, provenientes de operações abatidas à carteira de crédito.

A rubrica de reembolso de despesas, nomeadamente "Emolumentos" e "Reservas de propriedade", é composta essencialmente pelos valores faturados a concessionários e outros agentes com intervenção no financiamento de viaturas, referentes a registos na conservatória do registo automóvel e de notariado.

A rubrica de "Mais-valias em bens adquiridos por recuperação" resulta da diferença positiva entre a venda dos automóveis locados em regime Leasing e o valor desses mesmos bens registados nos livros da sociedade.

3.21. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos de Administração	49.958	34.672
Remunerações dos empregados	1.435.279	1.012.802
Encargos Sociais		
* Segurança Social	375.281	223.933
* Outros	10.036	13.236
	385.317	237.169
Outros encargos com o pessoal		
* Seguros de saúde	23.490	22.340
* Formação obrigatória	20.553	0
* Despesas de recrutamento	15.715	4.301
* Indemnizações contratuais	0	401.352
* Outros	11.132	1.038
	70.890	429.031
	1.941.444	1.713.674

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Indemnizações contratuais" referia-se ao montante pago a título de indemnizações por contratos celebrados com funcionários da Sociedade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número médio de pessoal ao serviço da Sociedade era de 39 e 32 empregados, respetivamente.

3.22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Fornecimentos de terceiros:</u>		
* Água, energia e combustíveis	31.709	27.204
* Material de consumo corrente	490	0
* Outros	228	458
	<u>32.427</u>	<u>27.662</u>
<u>Serviços de terceiros</u>		
* FCA Dealer Services (Nota 3.24)	739.931	713.817
* Trabalho independente	342.932	449.398
* Serviços especializados de informática	331.339	156.064
* Rent-a-car (Nota 3.24)	147.160	166.031
* Auditoria e consultoria	197.325	132.428
* Reservas, transferências e registos	103.318	137.085
* Serviços de recuperação de créditos	66.548	85.371
* Judiciais, contencioso e notariado	61.380	122.529
* Deslocações e estadas	45.405	56.716
* Material de publicidade	35.127	20.080
* Seguros de viaturas de serviço próprio	25.923	23.561
* Serviços de processamento de salários	22.460	17.029
* Conservação e reparação	22.121	1.122
* Assistência jurídica à Sociedade	20.642	21.461
* Formação de pessoal	8.401	26.172
* Comunicações e despesas de expedição	8.261	8.937
* Serviços de informações	1.708	19.465
* Outros	14.154	11.673
	<u>2.194.135</u>	<u>2.168.939</u>
	<u>2.226.562</u>	<u>2.196.601</u>

Nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a FCA Dealer Services, relativo a cedência de espaço e equipamento, serviços de apoio e manutenção de equipamento informático, serviços de conservação e reparação, serviços de comunicações e estacionamento de viaturas apreendidas, foram faturados durante os exercícios de 2016 e 2015, os montantes de 739.931 Euros e 713.817 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Rent-a-car" regista o valor correspondente à locação operacional de viaturas com a sociedade SGALD Automotive.

3.23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2016 e 2015 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2007, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se no âmbito da categoria denominada de "Banca Comercial".

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – "Segmentos operacionais", o Conselho de Administração da Sociedade considera que toda a sua atividade creditícia se insere na linha de negócio designada por "Crédito especializado", não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

3.24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas todas as empresas do Grupo FCA e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos da demonstração da posição financeira e as principais transações ocorridas nas demonstrações dos resultados com entidades do Grupo FCA eram os seguintes:

	2016					2015				
	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA IMV	CACF	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA IMV	CACF
Crédito a clientes (Nota 3.6)	39,226,708	-	-	-	-	27,386,382	-	-	-	-
Outros ativos (Nota 3.10)	183,598	1,167,633	-	-	5,763	141,841	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(330,228)	-	-	-	-	(801,013)	-	-
Recursos de outras instituições crédito (Nota 3.12)	-	-	-	-	(85,000,000)	-	-	(37,033,952)	-	-
Outros passivos (Nota 3.14)	(391,151)	(147,203)	-	(151,859)	-	-	(5,803,800)	-	(5,183)	-
Outras provisões	-	(634,250)	-	-	-	-	(634,250)	-	-	-
Juros e rendimentos similares (Nota 3.17)	(121,166)	-	-	-	(5,763)	(99,922)	-	-	-	-
Juros e encargos similares (Nota 3.17)	-	179,310	1,280,181	-	-	-	237,016	1,278,575	-	-
Encargos com serviços e comissões (Nota 3.19)	-	-	-	244,874	-	-	-	-	68,668	-
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(289,736)	-	-	-	-	(355,826)	-	-
Gastos gerais administrativos (Nota 3.22)	-	739,931	-	-	-	-	713,817	-	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 3.28)	-	-	29,150,000	-	-	-	-	32,750,000	-	-

Saldos devedores / (Saldos credores)

Nota: O saldo de crédito a clientes referente à FCA Portugal refere-se ao valor máximo que esta se compromete a pagar se a opção de venda das viaturas for exercida pela FCA Capital.

Nos exercícios de 2016 e 2015 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade, à exceção do vogal executivo Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques que iniciou funções em 10 de Julho de 2015 auferindo uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os membros dos órgãos de gestão não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções na gestão da Sociedade.

Nas mesmas datas, não existem créditos concedidos aos órgãos de gestão.

3.25. OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade mantinha em aberto os seguintes contratos de swap de taxa de juro celebrados com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (Notas 3.11 e 3.24):

2016						
Montante nacional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável a 31.12.2016	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável		
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,319%	Mar., Jun., Set. e Dez.
4.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,314%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,316%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.900.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,319%	Mar., Jun., Set. e Dez.
6.500.000	28-09-2015	28-03-2017	-0,034%	EUR 3 M	-0,317%	Mar., Jun., Set. e Dez.
8.400.000	28-04-2016	28-04-2020	-0,235%	EUR 3 M	-0,313%	Jan., Abr., Jul. e Out.
29.150.000						

2015						
Montante nacional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável a 31.12.2015	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável		
5.000.000	27-12-2010	27-05-2016	2,376%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-09-2016	2,450%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
6.500.000	28-09-2015	28-03-2017	-0,034%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
6.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,104%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,132%	Mar., Jun., Set. e Dez.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.900.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
32.750.000						

3.26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Sociedade, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de mediação de seguros, estando registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo tal atividade em exclusividade com a seguradora *Genworth Financial*, a qual se dedica ao exercício da atividade de seguros para os ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a Sociedade efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados à referida seguradora, a Sociedade recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em protocolo estabelecido entre ambas as entidades.

As comissões recebidas pela Sociedade pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. Ambas as componentes são calculadas pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor dos prémios angariados. A componente variável depende do volume de contratos de seguro angariados, sendo que nos últimos dois anos a Sociedade cumpriu com o respetivo volume.

Estas comissões são recebidas trimestralmente.

- Comissões por participação nos resultados de seguros ("*Profit share*"), as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no ano seguinte àquele a que respeitam.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas em resultados de forma equivalente aos juros dos contratos de locação de viaturas a elas associadas através do método da taxa de juro efetiva, na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões", e ascenderam em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a 590.180 Euros e 584.088 Euros, respetivamente (Nota 3.18).

As remunerações a receber da seguradora que ainda não tenham sido faturadas, à data de 31 de Dezembro de cada ano, são reconhecidas como um ativo no balanço, na rubrica de "Outros ativos" (Nota 3.10). Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as remunerações a receber ascendiam a 223.813 Euros e 77.253 Euros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existiam quaisquer comissões de seguros por receber vencidas.

Os prémios dos contratos de seguros angariados pela Sociedade que se encontravam por liquidar à *Genworth Financial* são registados na rubrica de "Outros passivos" (Nota 3.14) e ascendiam em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a 466.419 Euros e 249.520 Euros, respetivamente.

As remunerações de mediação de seguros auferidas pela Sociedade e os prémios angariados nos últimos três anos foram os seguintes:

	2016	2015	2014
Comissões	807.147	457.978	396.812
<i>Profit Share</i>	31.990	16.994	2.406
Total das remunerações recebidas	839.137	474.972	399.218
Prémios angariados	985.598	570.728	561.031
% remunerações recebidas sobre prémios angariados	85,14%	83,22%	71,16%

No exercício de 2016, as comissões auferidas pela Sociedade relativamente à angariação de prémios de seguro do ramo vida e do ramo não vida ascenderam aos 748.423 Euros e 58.724 Euros, respetivamente. Em 2015, as comissões do ramo vida e não vida foram de 445.515 Euros e 12.463 Euros, respetivamente.

Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto tomador de seguro) diretamente à *Genworth Financial* independentemente de serem cobrados.

3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

GESTÃO E CONTROLO DO RISCO

Conforme requerido pela Carta Circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro, emitida pelo Banco de Portugal, apresentam-se as seguintes divulgações no que concerne à mensuração da imparidade da carteira de crédito concedido pela Sociedade.

Adicionalmente, a rubrica do Balanço "Crédito a Clientes" (Nota 3.6) é constituída por prémios de seguro de contratos de locação financeira, juros a vencer, comissões diferidas e receitas com rendimento diferido, não considerados na informação quantitativa prestada no âmbito desta Carta Circular.

INFORMAÇÃO DE NATUREZA QUALITATIVA:

Política de gestão e controlo do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em complemento ao Aviso 3/95 do Banco de Portugal, o qual define que o valor do crédito a clientes deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a que reflitam, a todo o tempo, o seu valor realizável, a FCA Capital tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

Política de gestão e controlo do risco de concentração

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual.

A nível central da FCA Itália existe uma lista de contrapartes relevantes para a mesma, solicitando esta mensalmente à Sociedade detalhe das exposições relacionada com essas mesmas contrapartes.

Conforme requerido pela Carta Circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro, emitida pelo Banco de Portugal, apresentam-se as seguintes divulgações no que concerne à mensuração da imparidade da carteira de crédito concedido pela Sociedade.

Política de *Write-Off* de créditos

Sempre que existam créditos vencidos cujas diligências para a sua recuperação se hajam esgotado são iniciados os procedimentos com vista a considerar os mesmos como *Write-Off*.

A Direção de Crédito envia ao departamento de contabilidade a documentação justificativa de incobrabilidade dos ativos, nomeadamente certidões negativas emitidas pelos tribunais competentes. O departamento de contabilidade produz um relatório e coloca à consideração da Administração o desconhecimento dos mesmos.

Este procedimento é efetuado de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

Política de reversão de imparidade

Não são efetuadas reversões de imparidade pela Sociedade.

Política de conversão de dívida em capital do devedor

Não aplicável à Sociedade.

Política de reestruturações de crédito

No âmbito da regulamentação PARI/PERSI, a Sociedade procede à análise mensal de todos os clientes com contrato de crédito ativos e regulares (sem vencido) de modo a poder identificar fatores que indiciem potenciais dificuldades dos clientes no cumprimento das suas obrigações.

Para o efeito, a Sociedade utiliza a informação divulgada mensalmente pela Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, com vista à deteção de incumprimentos dos mesmos junto do setor financeiro. É tido ainda em linha de conta para deteção de dificuldades financeiras dos nossos clientes o nível de crédito vencido atingido pelos mesmos, bem como, as comunicações efetuadas entre a Sociedade e os titulares dos contratos de crédito no processo de recuperação dos mesmos.

Quando se confirma a existência de dificuldades financeiras por parte de um cliente é aberto um processo de reestruturação, com vista a adequar os encargos de endividamento aos rendimentos auferidos por este cliente.

Este processo de reestruturação pode passar por uma consolidação de créditos, por uma extensão do contrato ou alteração da taxa de juro subjacente ao mesmo, entre outros.

Modelo de apuramento da imparidade da carteira de crédito

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Retail Financing

A Sociedade tem implementado internamente um modelo de imparidade desenvolvido pelo *FCA Bank, S.p.A.* A metodologia adotada para efeitos de cálculo de imparidade considera a análise coletiva da carteira de crédito, baseada na análise das frequências históricas de imparidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD). As PD e LGD utilizadas pela Sociedade para apuramento da imparidade a 31 de Dezembro de 2016 foram atualizadas até ao período findo nessa data.

O processo de apuramento da estimativa de perdas por imparidade dos contratos de Crédito Automóvel, Locação Financeira, Crédito Pessoal e Locadoras, tem por base a carteira de crédito, a qual é enviada para a casa mãe através de uma aplicação interna do grupo.

i) Cálculo de PD

Para efeito de apuramento da PD, os pressupostos definidos no Modelo de Imparidade da Sociedade são os seguintes:

Intervalo de Observação

O intervalo de observação para apuramento da PD é de 9 meses e é aplicado tendo por base o histórico de observações dos últimos 12 meses. O histórico de observações considerado foi definido tendo por base os estudos subjacentes à definição do modelo de imparidade do Grupo.

Apuramento da PD

Para este efeito é avaliado o comportamento dos contratos de crédito de forma sistemática considerando-se o número de contratos distribuídos por cada banda de incumprimento, no sentido de se apurarem percentagens de probabilidade de atingirem a banda 9 ou *write-off* no prazo considerado como intervalo de observação.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a média da probabilidade de cada contrato de crédito atingir 9 prestações em incumprimento ou *Write-Off* apresentava-se como segue:

Número de Prestações Incumpridas	PD em 2016	PD em 2015
0	0,05%	0,04%
1	1,60%	1,05%
2	5,66%	5,31%
3	15,53%	15,04%
4	32,23%	27,38%
5	45,94%	41,12%
6	56,74%	51,60%
7	60,05%	60,13%
8	66,31%	73,65%
> 8 e < 12	90,15%	89,94%
> 12	100,00%	100,00%

Note-se que desde o final dos anos de 2016 e 2015, a Sociedade se encontra a ajustar para 100% a imparidade calculada pelo modelo para os contratos que se encontrem em banda >12 e <44.

ii) Apuramento da LGD

Tendo por base a informação histórica de contratos iniciados de 2004 a 2013, o modelo de apuramento da LGD leva em consideração, para cada ano de geração dos contratos, os *Write-Off* líquidos de recuperações de cada contrato face aos montantes financiados.

O Modelo de Imparidade implementado pela Sociedade exclui os três últimos anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, considerando que estatisticamente a maioria dos contratos não são levados a perdas nesses 3 primeiros anos de vida do contrato. Adicionalmente e por forma a compensar a exclusão dos últimos três anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, são incluídos os contratos em carteira que apresentem incumprimento igual ou superior a 24 meses, considerando-se assim na estimativa de cálculo da LGD os contratos que têm uma maior probabilidade de serem levados a perdas no curto prazo de tempo. Este cálculo é efetuado mensalmente, apurando-se a LGD com base na média das últimas 12 observações.

iii) Cálculo da imparidade**Exposições <150 milhares de euros:**

Tendo por base a estratificação por número de prestações incumpridas, o apuramento da estimativa de imparidade é obtido pela divisão da perda inicial (montante financiado*PD*LGD) pelo valor da exposição à data de referência.

Exposições ≥150 milhares de euros:

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual de cada uma das exposições no sentido de determinar a imparidade associada, seguindo a Carta-Circular no. 2/2014.

Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Dealer Financing

O Modelo de imparidade adotado pela Sociedade é baseado na análise individual de cada concessionário, seguindo a Carta-Circular no. 2/2014.

A análise individual é efetuada com recurso a informação financeira de cada concessionário, informação histórica, entre outras informações. O ponto de partida da análise individual são demonstrações financeiras disponíveis.

Política relativa aos graus de risco internos

O incumprimento é definido em função da existência de mensalidades em atraso (*past due date*). Na granularidade mais fina é considerada a agregação em *buckets* de número de mensalidades em atraso. Na granularidade agregada consideram-se 3 macro classificações: *sensitive* (que resulta da agregação dos *buckets* 1 a 3 inclusive), *uncompromised* (que resulta da agregação dos *buckets* 4 a 8 inclusive) e *compromised* (*buckets* 9 inclusive e superiores). A agregação de valores *uncompromised* e *compromised* será o valor a considerar como NPL (*Non Performing Loans*).

Verificando-se o incumprimento de um mutuário, aplicam-se os pressupostos previstos no PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento) quando aplicável, e o processo geral de recuperação de incumprimento da sociedade nas restantes situações. O processo geral de recuperação de incumprimento prevê a gestão diferenciada em função da gravidade da mora, culminando no limite extremo na tentativa de recuperação por via judicial.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos

O período emergente considerado para efeitos de modelo de imparidade do segmento coletivo é de 9 meses.

Outra informação qualitativa prevista na Carta-circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro

Os restantes pontos não são aplicáveis à Sociedade ou não se encontram disponíveis.

INFORMAÇÃO DE NATUREZA QUANTITATIVA:

Os valores abaixo apresentados seguem o critério da Carta-circular nº02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro, podendo divergir dos valores apresentados na nota 3.6, nomeadamente:

Exposição total

O valor da rubrica "Exposição Total" exclui os montantes referentes a "Prémios de seguro de contratos de locação financeira", "Juros a receber de crédito concedido" e "Custos / proveitos diferidos com base na taxa efetiva" apresentados na Nota 3.6.

Crédito em incumprimento

No apuramento do crédito em incumprimento é levado em linha de conta um efeito de contaminação derivado da aplicação do regulamento CRR.

Imparidade

O valor de "Imparidade Total" inclui as "Provisões para Riscos Gerais de Crédito" apresentadas na Nota 3.13.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Foram consideradas como "Corporate" unicamente as contrapartes classificadas como grandes empresas ao abrigo do Regulamento de Requisitos de Capital (CRR). As restantes contrapartes não particulares foram englobadas em "Outras entidades – PME's" (com exceção das contrapartes ligadas ao setor da Construção e CRE).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe por segmentos:

Rubricas	Exposição a 31.12.2016						Imparidade a 31.12.2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual: Curado	Do qual: Reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual: Reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	20 229 226	20 229 226	0	0	0	0	775 296	775 296	0
Construção e Commercial Real Estate	2 661 042	2 464 308	0	0	196 734	5 493	214 751	8 179	206 572
Outras atividades - PME's	67 609 023	65 451 409	10 046	14 363	2 157 614	54 358	3 663 111	1 672 402	1 990 709
Particulares - Crédito ao Consumo	70 198 019	67 590 007	335 520	955 374	2 608 012	549 840	2 489 561	110 148	2 379 413
	160 697 310	155 734 950	345 566	969 737	4 962 360	609 691	7 142 719	2 566 025	4 576 694

Rubricas	Exposição a 31.12.2015						Imparidade a 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual: Curado	Do qual: Reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual: Reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	17 348 428	17 348 428	0	0	0	0	58 408	58 408	0
Construção e Commercial Real Estate	2 614 833	2 397 106	4 921	8 254	217 727	0	346 146	132 864	213 282
Outras atividades - PME's	51 978 021	49 900 039	47 110	22 488	2 077 982	61 420	5 756 943	3 854 049	1 902 894
Particulares - Crédito ao Consumo	64 879 828	62 229 069	1 145 900	1 475 852	2 650 759	619 991	2 536 995	170 446	2 366 549
	136 821 110	131 874 642	1 197 931	1 506 594	4 946 468	681 411	8 698 492	4 215 767	4 482 725

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe por segmento e dias de atraso:

Exposição a 31.12.2016								Imparidade a 31.12.2016				
Rubricas	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Total	Dias de atraso		Dias de atraso		Dias de atraso			
		Sem Indícios	Com Indícios		<= 90 dias	> 90 dias	< 30 dias		entre 30-90 dias	<= 90 dias	> 90 dias	
Corporate	20 229 227	20 229 227	0	20 229 227	0	0	0	775.296	775.296	0	0	0
Construção e Commercial Real Estate	2 661 042	2 459 361	4 947	2 464 308	17 307	179 427	196.734	214.751	8 087	92	147	206.425
Outras atividades - FMEs	67 609 022	65 431 816	19 592	65 451 408	319 573	1 838 041	2 157 614	3 663.111	1 671 618	784	2 800	1 987 909
Particulares - Crédito ao Consumo	70 198 019	67 480 480	109 527	67 590 007	338 557	2 269 455	2 608 012	2 489.561	107 564	2.584	4 054	2 375.359
	160 697 310	155 600 884	134 066	155 734 950	675 437	4 286 923	4 962.360	7 142.719	2 562.565	3.460	7 001	4 569.693

Exposição a 31.12.2015								Imparidade a 31.12.2015				
Rubricas	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Total	Dias de atraso		Dias de atraso		Dias de atraso			
		Sem Indícios	Com Indícios		<= 90 dias	> 90 dias	< 30 dias		entre 30-90 dias	<= 90 dias	> 90 dias	
Corporate	17 348.428	17 337 316	11 112	17 348 428	0	0	0	58 408	58 408	0	0	0
Construção e Commercial Real Estate	2 614 833	2 387 820	9 286	2 397 106	30 875	186 852	217 727	346 146	132.772	92	262	213 020
Outras atividades - FMEs	51 978 021	49 821.673	78 368	49 900 039	92 808	1 985 174	2 077 982	5 756.943	3 853 265	784	425	1 902 469
Particulares - Crédito ao Consumo	64 879 828	62.056 781	172.288	62 229 069	418 839	2 233 920	2 650 759	2 536 995	167 862	2 584	4 407	2 362 142
	136 821 110	131 603 590	271 052	131 874 642	540 522	4 405 946	4 946 468	8 698 492	4 212.307	3 460	5 094	4 477 631

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe em termos de ano de produção:

Exposições e Imparidade a 31-12-2016														
Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Outras atividades - PME's			Particulares - Consumo e Outros			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante
<= 2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	0	0	0	1	78	78	2	570	570	5	9 295	9 295	8	9 941
2008	0	0	0	4	10 875	10 875	14	18 877	18 877	68	115 741	91 887	86	145 493
2009	0	0	0	7	27 459	27 459	30	81 770	57 506	511	1 300 539	310 234	548	1 409 765
2010	0	0	0	14	44 661	24 243	91	259 842	205 035	993	3 892 698	583 390	1098	3 997 199
2011	0	0	0	19	81 969	36 403	114	833 962	452 685	1103	4 747 647	600 840	1236	5 663 578
2012	0	0	0	17	81 018	48 587	181	1 487 775	973 245	861	4 627 630	396 854	1039	6 176 423
2013	0	0	0	32	175 607	59 129	198	1 046 529	60 482	847	5 485 698	256 950	1077	8 707 834
2014	0	0	0	40	361 647	934	180	1 482 730	89 296	1058	9 145 604	98 837	1278	10 999 981
2015	303	1 841 148	93 282	42	454 678	915	611	5 438 244	223 699	1054	12 842 077	92 876	2010	20 576 147
2016	1345	18 386 079	682 014	63	1 423 052	6 030	3202	56 968 723	1 581 734	1784	28 231 092	40 396	6394	105 010 946
	1 648	20 229 227	775 296	239	2 661 042	214 751	4 803	87 609 022	3 663 111	8 284	70 198 019	2 489 561	14 774	160 697 310

Exposições e Imparidade a 31-12-2015														
Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Outras atividades - PME's			Particulares - Consumo e Outros			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante
<= 2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0	1	753	753	0	0	0	1	753
2007	0	0	0	1	525	525	2	1 570	1 570	10	15 084	15 084	13	17 179
2008	0	0	0	7	18 189	15 965	27	55 839	32 120	271	815 859	123 293	305	689 987
2009	0	0	0	21	747 862	162 393	47	155 872	58 409	904	3 401 214	361 885	972	4 304 948
2010	0	0	0	17	66 858	10 889	119	386 849	220 803	1617	7 443 680	579 390	1753	7 907 385
2011	0	0	0	44	178 660	46 023	208	1 293 189	508 158	1544	8 351 648	838 048	1796	9 823 495
2012	0	0	0	28	136 186	42 595	277	2 206 804	1 014 642	1148	7 585 425	441 262	1451	9 828 515
2013	0	0	0	40	311 052	63 982	282	2 064 241	68 140	1084	8 742 481	239 219	1386	11 117 774
2014	206	1 213 727	12 137	50	590 686	3 602	407	3 573 889	272 938	1205	12 711 839	44 076	1868	18 079 941
2015	1234	19 134 701	48 271	41	574 817	212	2474	42 228 815	3 578 410	1133	16 012 800	94 636	4882	74 951 133
	1 440	17 346 428	59 406	249	2 614 833	346 146	3 824	51 978 021	5 756 943	8 914	64 879 828	2 536 995	14 427	136 821 110

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições brutas de crédito e das respetivas imparidades avaliadas individualmente e coletivamente apresentam o seguinte detalhe por segmentos:

Exposições e Imparidade a 31-12-2016									
Avaliação	Corporate		Construção e CRE		Outras atividades - PME's		Particulares		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição
Individual	20 229 227	775 296	641 847	76 311	56 874 670	3 211 386	550 455	570 741	78 296 199
Coletiva	0	0	2 019 195	138 440	10 734 352	451 724	69 647 564	1 918 821	82 401 111
	20 229 227	775 296	2 661 042	214 751	67 609 022	3 663 110	70 198 019	2 489 562	160 697 310

Exposições e Imparidade a 31-12-2015									
Avaliação	Corporate		Construção e CRE		Outras atividades - PME's		Particulares		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição
Individual	17 346 428	58 408	699 496	127 842	41 523 240	5 107 123	489 212	125 292	60 060 376
Coletiva	0	0	1 915 337	218 304	10 454 781	649 820	64 390 616	2 411 703	76 760 734
	17 346 428	58 408	2 614 833	346 146	51 978 021	5 756 943	64 879 828	2 536 995	136 821 110

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições brutas de crédito e das respetivas imparidades apresenta o seguinte detalhe por setor de atividade:

Setor	2016		2015	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	48 179 273	2 512 374	35 948 983	3 858 930
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	32 992 899	1 646 309	27 094 900	1 659 555
Transportes e armazenagem	1 748 750	112 006	1 325 843	74 413
Indústrias transformadoras	1 587 657	65 537	1 353 257	68 354
Construção	1 226 341	151 485	1 220 483	155 874
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 144 150	17 545	1 254 472	18 951
Atividades de saúde humana e apoio social	952 038	37 559	976 640	49 329
Atividades imobiliárias	949 133	43 461	968 239	165 466
Alojamento, restauração e similares	578 816	28 184	560 955	31 799
Educação	322 333	15 560	305 217	5 420
Atividades de informação e de comunicação	242 271	34 652	286 766	39 397
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	193 934	3 942	223 154	4 145
Outras atividades de serviços	188 782	4 538	212 664	29 110
Atividades financeiras e de seguros	106 081	28	77 292	16
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	84 858	263	106 211	733
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1 976	0	8 589	2
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	17 617	3
Particulares	70 198 018	2 469 276	64 879 828	2 536 995
Total:	160 697 310	7 142 719	136 821 110	8 698 492

Nota: Para a elaboração dos quadros por setor de atividade foi utilizada a tabela V00554 – Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições brutas de crédito e das respetivas imparidades avaliadas individualmente e coletivamente apresenta o seguinte detalhe por setor de atividade:

Setor	2016		2015	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual				
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	47.122.537	2.470.484	34.685.358	3.754.214
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	29.934.835	1.498.295	24.083.323	1.401.183
Atividades imobiliárias	579.669	5.797	699.495	127.842
Construção	39.984	39.984	0	0
Atividades de informação e de comunicação	20.852	20.852	0	0
Atividades de saúde humana e apoio social	17.247	17.247	0	0
Transportes e armazenagem	14.125	14.125	0	0
Alojamento, restauração e similares	12.673	12.673	213	213
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2.588	2.588	0	0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	466	466	92.854	0
Indústrias transformadoras	411	411	9.921	9.921
Educação	357	357	0	0
Particulares	550.455	550.455	489.212	125.292
	78.296.199	4.633.734	60.060.376	5.418.665
Avaliação Coletiva				
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3.058.064	148.014	3.011.577	260.271
Transportes e armazenagem	1.734.625	97.881	1.325.844	72.531
Indústrias transformadoras	1.587.246	65.126	1.343.336	58.433
Construção	1.186.357	111.501	1.220.483	155.874
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.143.684	17.079	1.161.618	18.951
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1.056.736	41.890	1.263.625	104.716
Atividades de saúde humana e apoio social	934.791	20.312	976.640	49.329
Alojamento, restauração e similares	566.143	15.511	560.743	31.570
Atividades imobiliárias	369.464	37.664	268.743	37.624
Educação	321.976	15.203	305.217	5.420
Atividades de informação e de comunicação	221.419	13.800	286.766	39.397
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	191.346	1.354	223.154	4.145
Outras atividades de serviços	188.782	4.538	212.664	29.110
Atividades financeiras e de seguros	106.081	28	77.292	16
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	84.858	263	106.211	733
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1.976	0	8.589	2
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio			17.617	3
Particulares	69.647.563	1.918.821	64.390.615	2.411.702
	82.401.111	2.508.985	76.760.734	3.279.827
Total:	160.697.310	7.142.719	136.821.110	8.698.492

Desenvolvendo-se a atividade da Sociedade exclusivamente em território nacional, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor das exposições brutas de crédito e das respetivas imparidades avaliadas individualmente e coletivamente apresenta o seguinte detalhe:

Avaliação	2016		Total		2015		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	78,296,199	4,633,736	78,296,199	4,633,736	59,631,490	5,352,459	59,631,490	5,352,459
Coletiva	82,401,111	2,508,983	82,401,111	2,508,983	77,189,620	3,346,032	77,189,620	3,346,032
	160,697,310	7,142,719	160,697,310	7,142,719	136,821,110	8,698,491	136,821,110	8,698,491

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada, tendo por base a classificação definida na *framework FINREP*.

Medida de reestruturação	Exposição a 31.12.2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Rescheduling	199	902.302	17.011	101	579.507	552.880	300	1.481.809	569.891
Consolidation	15	61.455	2.772	4	30.184	14.876	19	91.639	17.648
Partial Write-Off	1	5.979	673	0	0	0	1	5.979	673
Re-aging	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	215	969.736	20.456	105	609.691	567.756	320	1.579.427	588.212

Medida de reestruturação	Exposição a 31.12.2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Rescheduling	273	1.387.306	52.217	102	633.674	566.826	375	2.020.980	619.043
Consolidation	22	110.539	13.664	7	44.624	26.738	29	155.163	40.402
Partial Write-Off	2	7.814	315	0	0	0	2	7.814	315
Re-aging	1	935	0	1	3.113	3.113	2	4.048	3.113
	298	1.506.594	66.196	110	681.411	596.677	408	2.188.005	662.873

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	2.188.005	2.504.437
Créditos reestruturados no período	44.285	261.095
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(515.645)	(3.856)
Créditos reclassificados de "reestruturados" para "normal"	(137.218)	(573.671)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	1.579.427	2.188.005

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas corretivas que minorem seu impacto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2016								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	147.098	-	-	-	-	-	-	147.098
Disponibilidades em outras instituições de crédito	749.120	-	-	-	-	-	-	749.120
Crédito a clientes	-	18.051.067	73.365.352	40.292.366	15.391.891	9.165.335	4.431.299	160.697.310
Swaps de taxa de juro	-	7.500.000	7.800.000	11.300.000	2.550.000	-	-	29.150.000
Cash flow de juros contratuais								
De crédito a clientes	-	1.287.829	3.139.903	4.721.633	1.841.272	676.519	146.168	11.813.324
De swaps de taxa de juro	-	33.105	85.831	102.706	3.979	-	-	225.621
	898.218	26.872.001	84.391.086	56.416.705	19.787.142	9.841.854	4.577.467	202.782.473
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	-	65.000.000	-	-	-	-	-	65.000.000
Swaps de taxa de juro	-	7.500.000	7.800.000	11.300.000	2.550.000	-	-	29.150.000
Cash flow de juros contratuais								
De recursos de outras instituições de crédito	-	(27.603)	-	-	-	-	-	(27.603)
De swaps de taxa de juro	-	23.376	46.978	45.402	2.972	-	-	118.728
	0	72.495.773	7.846.978	11.345.402	2.552.972	0	0	94.241.125
Gap de liquidez:	898.218	(45.623.772)	76.544.106	45.071.303	17.234.170	9.841.854	4.577.467	108.541.348

2015								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	150.251	-	-	-	-	-	-	150.251
Disponibilidades em outras instituições de crédito	767.572	-	-	-	-	-	-	767.572
Crédito a clientes	-	11.512.133	62.226.858	39.181.143	13.984.395	5.230.793	4.685.788	136.821.110
Swaps de taxa de juro	-	-	12.000.000	15.600.000	4.850.000	300.000	-	32.750.000
Cash flow de juros contratuais								
De crédito a clientes	-	1.346.351	3.298.398	4.780.620	1.579.302	371.519	148.718	11.504.908
De swaps de taxa de juro	-	201.281	399.636	230.350	32.335	539	-	864.141
	917.823	13.059.765	77.924.892	59.772.113	20.446.032	5.902.851	4.834.506	182.857.982
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	-	37.000.000	-	-	-	-	-	37.000.000
Swaps de taxa de juro	-	-	12.000.000	15.600.000	4.850.000	300.000	-	32.750.000
Cash flow de juros contratuais								
De recursos de outras instituições de crédito	-	111.862	-	-	-	-	-	111.862
De swaps de taxa de juro	-	(20.323)	(58.510)	(30.100)	2.356	433	-	(106.144)
	0	37.091.539	11.941.490	15.569.900	4.852.356	300.433	0	69.755.718
Gap de liquidez:	917.823	(24.031.774)	65.983.402	44.202.213	15.593.676	5.602.418	4.834.506	113.102.264

Note-se que a rubrica de "Crédito a clientes" exclui os montantes referentes a "Prémios de seguro de contratos de locação financeira", "Juros a receber de crédito concedido" e "Custos / proveitos diferidos com base na taxa efetiva" apresentados na Nota 3.6.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com exceção dos juros de swaps de taxa de juro, os fluxos previsionais dos ativos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2016 e 2015;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

- Os fluxos previsionais dos juros dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” foram considerados como exigíveis “à vista”;
- Os juros vencidos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram classificados como a prazo “Indeterminado”; e
- O crédito a clientes vencido, independentemente da sua antiguidade, foi igualmente classificado como a prazo “Indeterminado”.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um ativo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Sociedade enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	2016						
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	135.400.563	20.875.758	156.276.321	4.740.351	2.417.840	13.717.567	20.875.758
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(67.563.148)	-	(67.563.148)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(29.150.000)	29.150.000	-	-	8.400.000	20.750.000	29.150.000
	<u>38.687.415</u>	<u>50.025.758</u>	<u>88.713.173</u>	<u>4.740.351</u>	<u>10.817.840</u>	<u>34.467.567</u>	<u>50.025.758</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2015						
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	111.466.167	20.677.945	132.144.112	3.845.071	1.991.692	14.841.182	20.677.945
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(37.000.000)	-	(37.000.000)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(32.750.000)	32.750.000	-	-	-	32.750.000	32.750.000
	41.716.167	53.427.945	95.144.112	3.845.071	1.991.692	47.591.182	53.427.945

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efetuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2016 e 2015 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial negativo na margem financeira projetada para 2016 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 435.868 Euros e 863.422 Euros, respetivamente (344.527 Euros e 780.399 Euros, respetivamente, para 2015).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projetada para 2016 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 435.868 Euros e 863.422 Euros, respetivamente (344.527 Euros e 780.399 Euros, respetivamente, para 2015).

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	147.098	147.098	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	754.883	754.883	0
Crédito a clientes	155.413.843	155.413.843	0
	156.315.824	156.315.824	0
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	(67.563.488)	(67.563.488)	0
	(67.563.488)	(67.563.488)	0
	88.752.336	88.752.336	0

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2015		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	150.251	150.251	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	767.572	767.572	0
Crédito a clientes	130.312.996	130.312.996	0
	<u>131.230.819</u>	<u>131.230.819</u>	<u>0</u>
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	(37.033.952)	(37.033.952)	0
	<u>(37.033.952)</u>	<u>(37.033.952)</u>	<u>0</u>
	<u>94.196.867</u>	<u>94.196.867</u>	<u>0</u>

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Atendendo a que as taxas aplicáveis são taxas de mercado, a Sociedade considera que a quantia escriturada dos créditos corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

Relativamente aos instrumentos financeiros que se encontram refletidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspetos:

- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, parte do crédito concedido é remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos;
- Conforme evidenciado acima nas secções relativas ao risco de taxa de juro e risco de liquidez, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo os descobertos bancários, são remunerados a taxas de juro fixas e apresentam maturidades reduzidas. Adicionalmente, uma parte significativa dos recursos é financiada pelo Credit Agricole.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de "Loss Management", que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos. Adicionalmente, a Sociedade reporta trimestralmente à FCA Itália as eventuais perdas operacionais incorridas.

Risco de compliance

A função de *compliance* está a cargo do *Compliance, Risk & Permanent Control*, sendo a mesma supervisionada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

3.28. GESTÃO DO CAPITAL

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições do Banco de Portugal e da EBA, nomeadamente da aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 26 de Junho, de aplicação obrigatória em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe do capital regulamentar da Sociedade, bem como os respetivos rácios de capital encontram-se indicados no quadro seguinte:

	2016	2015
Capital	10.000.000	10.000.000
Reservas e resultados transitados elegíveis	76.314.912	73.293.828
<u>CET 1 Capital</u>	86.314.912	83.293.828
<u>TIER 1 Capital</u>	86.314.912	83.293.828
Instrumentos TIER 2	1.364.750	1.136.460
<u>Capital Total</u>	87.679.662	84.430.288
Risco de Crédito	109.180.001	90.916.832
Risco Operacional	18.662.763	20.573.113
<u>Total RWA</u>	127.842.764	111.489.945
Rácio CET1	67,5%	74,7%
Rácio TIER1	67,5%	74,7%
Rácio Total	68,6%	75,7%
<u>Requisitos Mínimos de Fundos Próprios</u>	10.227.421	8.919.196
<u>Excesso de Capital</u>	77.452.241	75.511.092

3.29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontram-se registados pela Sociedade nas rubricas extrapatrimoniais as seguintes relações de compromissos assumidos por e perante terceiros:

	2016	2015
<u>Compromissos assumidos por terceiros</u>		
Garantias Bancárias recebidas (Nota 3.6)	7.120.183	7.686.205
Outras garantias recebidas (Nota 3.6)	1.403.470	2.109.282
Total de garantias recebidas de clientes	8.523.653	9.795.487
 Linhas de crédito revogáveis (Nota 3.12)	 2.436.852	 5.000.000
<u>Compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis (Nota 3.13)	634.250	634.250
Garantias Bancárias	0	0

3.30. PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Instituições Financeiras a FCA Capital Portugal, IFIC, S.A. é instituição participante no Fundo de Resolução, tendo realizado as contribuições iniciais e as contribuições periódicas anuais de acordo com a legislação e regulamentação aplicável (Nota 3.20).

De acordo com o previsto no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 24/2013, na eventualidade do Fundo de Resolução ter de financiar a aplicação de medidas de resolução e não dispuser de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode determinar, por portaria, os termos específicos em que são efetuadas contribuições especiais pelas instituições participantes no Fundo, atendendo às necessidades de financiamento emergentes da aplicação da medida concreta.

Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4 900 milhões de euros. O processo de alienação do Novo Banco está atualmente em curso, sendo que na eventualidade de o produto desta alienação se revelar insuficiente para reembolsar os empréstimos obtidos, o Fundo de Resolução, nos termos do disposto no parágrafo anterior, poderá solicitar contribuições especiais às instituições participantes.


3.31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

O Contabilista Certificado



A Administração



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 166.396.187 euros e um total de capital próprio de 91.171.642 euros, incluindo um resultado líquido de 4.856.730 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Rédito da entidade consiste essencialmente em:

- ▶ Juros e rendimentos similares dos créditos concedidos a clientes (Nota 3.17);
- ▶ Rendimentos e encargos de serviços e comissões (Nota 3.18 e Nota 3.19).

A complexidade dos sistemas de informação que suportam um volume significativo de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- ▶ Envolvimento de especialistas internos na avaliação dos controlos gerais das tecnologias de informação da Entidade e nos testes aos controlos aplicativos dos processos do Rédito mais relevantes;
- ▶ Execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) reconciliações entre



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

transações representa um risco significativo de auditoria, pelo que considerámos esta matéria como relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

sistemas operacionais e contabilísticos; ii) testes aos automatismos do cálculo de juros e comissões;

- ▶ Realização de testes de revisão analítica dos rendimentos desagregados, comparando-os com o período homólogo e com a expectativa formada tendo por base indicadores projetados e reais do desempenho da Entidade, dos quais são de destacar: i) taxa de juro implícita praticada e ii) comissões implícitas face ao volume de transações;
- ▶ Recálculo de juros de crédito concedido para uma amostra.
- ▶ Análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras nas Notas 3.17, 3.18 e 3.19 verificando a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e os registos contabilísticos.

2. Crédito a clientes - Valorização

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A rubrica Crédito a clientes (notas 3.6 e 3.13) em 31 de dezembro de 2016 apresenta um montante de 155.413.843 euros respeitante a Crédito concedido a clientes líquido de provisões e imparidade. Estes ativos são inicialmente mensurados ao valor nominal e subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzido de provisões de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº3/2005 de 21 de fevereiro) e eventuais perdas por imparidade.

Para aferição das perdas por imparidade a Entidade utiliza metodologias internas que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos e consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderão originar estimativas diferentes do seu valor líquido contabilístico.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existente no processo de apuramento de provisões de acordo com o aviso do Banco de Portugal e a metodologia interna de cálculo de imparidade, nomeadamente no que se refere à atribuição de responsabilidades na realização destas funções e metodologias aplicadas por tipo de crédito.
- ▶ Avaliámos as metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na determinação do valor líquido contabilístico, nomeadamente:
 - i. Recálculo das provisões regulamentares de acordo com as regras previstas no Aviso nº 3/95, de 30 de junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº3/2005 de 21 de fevereiro);
 - ii. Procedemos a indagações aos responsáveis pelo respetivo cálculo de imparidade para as exposições mais significativas de forma a compreender a base dos pressupostos utilizados e obter a documentação de suporte das respetivas decisões; e
 - iii. Analisámos a documentação suporte das estimativas e os julgamentos incorporados no modelo de imparidade, nomeadamente no apuramento dos parâmetros de risco de percentagem da probabilidade de incumprimento (PD) e na percentagem de perda em caso de incumprimento (LGD).

**Descrição dos riscos de distorção material
mais significativos**

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais
significativos**

- ▶ Obtivemos os documentos internos que suportam a tomada de decisão relativamente ao registo de imparidade;
- ▶ Verificámos a consistência e plenitude das divulgações relacionadas com Crédito a clientes e se as mesmas cumpriam com o disposto nas Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

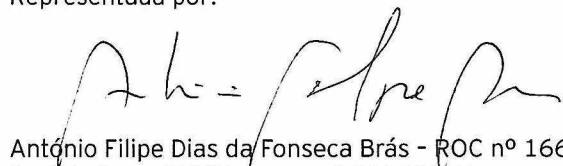
- ▶ Fomos nomeados Revisores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de maio de 2012 para um mandato compreendido entre 2012 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 8 de novembro de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.



- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 6 de outubro de 2017.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório do Auditor Externo sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva nos termos da Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2013;
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o sistema de controlo interno subjacente ao Relato Financeiro, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 25 do Aviso n.º 5/ 2008 do Banco de Portugal;
 - Parecer do Fiscal Único no âmbito do Processo de Relato sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo nos termos da alínea b) ii) do n.º 2 do Artº 2 do Aviso do Banco de Portugal 9/2012.
 - Parecer do Fiscal Único sobre a adequação e a eficácia do Sistema de Controlo Interno, em base Individual, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 25º do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

Lisboa, 6 de outubro de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

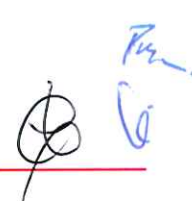


António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271

RELATORIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO ANUAL

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade FCA CAPITAL – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2016.
2. Consideramos relevante salientar que:
 - Fomos eleitos como membros do Conselho Fiscal em assembleia geral de 8 de novembro de 2016 para o biénio de 2016 a 2017, tendo esta nomeação sido notificada ao Banco de Portugal em 9 de dezembro de 2016, ao que se seguiu a instrução do competente processo de aprovação;
 - Após apreciação dos elementos submetidos e de outros pedidos complementares, o Banco Central Europeu aprovou a constituição do Conselho Fiscal em 24 de julho de 2017;
 - O registo do Conselho Fiscal foi inicialmente submetido à conservatória do registo comercial em 4 de agosto de 2017, tendo sido esse processo concluído em 12 de setembro de 2017.
3. Tendo presente o mencionado no ponto n.º 2 acima, e após 12 de setembro de 2017, o Conselho Fiscal tomou conhecimento sobre a gestão da FCA CAPITAL e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e demais comités internos da sociedade. Após a entrada em funções procedeu à análise dos elementos solicitados à sociedade, tendo sido apreciados os documentos de prestação de contas e obtidos os esclarecimentos e a documentação que considerou necessária ao desempenho das funções de fiscalização.
4. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.



5. O Conselho Fiscal reuniu em 19 de setembro com o Revisor Oficial de Contas, o qual nos apresentou o Relatório Adicional para o Órgão de Fiscalização cuja elaboração se encontra previsto no artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria.
6. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o nosso acordo.
7. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2016, Demonstração de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade nesse período.
8. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da FCA CAPITAL aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2016;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 11 de outubro de 2017

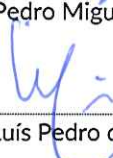
O Conselho Fiscal



Carlos Manuel Grenha - Presidente



Pedro Miguel Pereira Manso - Vogal



Luís Pedro dos Santos Caeiro - Vogal

ACTA Nº55

Aos vinte dias do mês de Outubro de dois mil e dezassete, pelas doze horas, reuniu, na sua sede social, sita no empreendimento Lagoas Park, edifício 15, piso 2, Porto Salvo, Oeiras, a Assembleia Geral da sociedade FCA CAPITAL, Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com o capital social de dez milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 502673478, encontrando-se presente a accionista única FCA BANK, S.p.A, que se fez representar pelo Dr. Alberto Grippo, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular da totalidade do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta de assuntos da Assembleia Geral.-----

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de que, sem observância das formalidades prévias, se constituísse em Assembleia Geral Universal, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM – Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2016;---

PONTO DOIS: Deliberar sobre a aplicação de resultados;-----

PONTO TRÊS: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

PONTO QUATRO: Proceder à correcção dos efeitos da deliberação tomada no Ponto Dois da Assembleia Geral de vinte e um de março de 2016, que aprovou a aplicação dos resultados apurados no exercício de 2015.-----

Para além da accionista única esteve presente na Assembleia Geral, o Administrador Delegado, o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha e o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos entrando

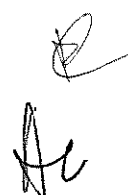


no PONTO UM da Ordem de Trabalhos, para o que deu a palavra ao Administrador Alberto Grippo, que fez uma breve apresentação do relatório de gestão e das contas da sociedade relativas ao exercício de 2016, que apresentam um resultado líquido positivo de € 4 856 730,00 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e seis mil setecentos e trinta euros). Após uma curta troca de impressões o relatório e as contas do exercício de 2016 foram submetidos a votação tendo sido aprovados pela accionista única.-----

De imediato e no seguimento do ponto anterior deu-se início à discussão e votação do PONTO DOIS da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado não seguir a proposta do Conselho de Administração de afectar a totalidade dos resultados apurados neste exercício a resultados transitados, mas apenas a parte que não é afecta à reserva legal. O representante da accionista única comunicou, ainda, que se aproveita para integrar a reserva legal com a parte que lhe deveria ter sido afecta, aquando da aprovação da aplicação de resultados do exercício de 2015. Consequentemente, foi deliberado pela accionista única afectar à reserva legal € 787 781,43 (setecentos oitenta e sete mil setecentos e oitenta e um euros e quarenta e três cêntimos), dos quais, € 485 673,00 respeitantes ao resultado do exercício de 2016 e € 302 108,43, respeitantes ao resultado do exercício de 2015, e o restante, € 4 068 948,57, a resultados transitados.-----

Já no âmbito do PONTO TRÊS da ordem de trabalhos a accionista única pediu a palavra para manifestar o seu apreço sobre a forma como foi conduzida a gestão e a fiscalização da Sociedade durante o exercício de 2016.-----

Por fim foi deliberado no PONTO QUATRO da ordem de trabalhos corrigir a deliberação tomada no Ponto Dois da Assembleia Geral da Sociedade de vinte e um de março de 2016, que aprovou a aplicação da totalidade dos resultados apurados no exercício



de 2015 a resultados transitados, nos termos deliberados no PONTO DOIS desta Ordem de trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas catorze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário-----



Assembleia Geral Ordinária de 20 de Outubro de 2017

Lista de Presenças dos Accionistas

	Acções
FCA Bank, S.p.A.	2.000.000
Representada por Dr. Alberto Grippo (Administrador Delegado)	

Porto Salvo, 20 Outubro de 2017